

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO: SAO PAULO
MUNICÍPIO: BASTOS

Relatório Anual de Gestão 2021

MARIA ISABEL ALEGRE VIANA DA SILVA
Secretário(a) de Saúde

Sumário

1. Identificação

- 1.1. Informações Territoriais
- 1.2. Secretaria de Saúde
- 1.3. Informações da Gestão
- 1.4. Fundo de Saúde
- 1.5. Plano de Saúde
- 1.6. Informações sobre Regionalização
- 1.7. Conselho de Saúde
- 1.8. Casa Legislativa

2. Introdução

3. Dados Demográficos e de Morbimortalidade

- 3.1. População estimada por sexo e faixa etária
- 3.2. Nascidos Vivos
- 3.3. Principais causas de internação
- 3.4. Mortalidade por grupos de causas

4. Dados da Produção de Serviços no SUS

- 4.1. Produção de Atenção Básica
- 4.2. Produção de Urgência e Emergência por Grupo de Procedimentos
- 4.3. Produção de Atenção Psicossocial por Forma de Organização
- 4.4. Produção de Atenção Ambulatorial Especializada e Hospitalar por Grupo de Procedimentos
- 4.5. Produção de Assistência Farmacêutica
- 4.6. Produção de Vigilância em Saúde por Grupo de Procedimentos

5. Rede Física Prestadora de Serviços ao SUS

- 5.1. Por tipo de estabelecimento e gestão
- 5.2. Por natureza jurídica
- 5.3. Consórcios em saúde

6. Profissionais de Saúde Trabalhando no SUS

7. Programação Anual de Saúde - PAS

- 7.1. Diretrizes, objetivos, metas e indicadores

8. Indicadores de Pactuação Interfederativa

9. Execução Orçamentária e Financeira

- 9.1. Execução da programação por fonte, subfunção e natureza da despesa
- 9.2. Indicadores financeiros
- 9.3. Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO)
- 9.4. Execução orçamentária e financeira de recursos federais transferidos fundo a fundo, segundo bloco de financiamento e programa de trabalho
- 9.5. Covid-19 Repasse União
- 9.6. Covid-19 Recursos Próprios
- 9.7. Covid-19 Repasse Estadual

10. Auditorias

11. Análises e Considerações Gerais

12. Recomendações para o Próximo Exercício

1. Identificação

1.1. Informações Territoriais

UF	SP
Município	BASTOS
Região de Saúde	Tupã
Área	170,45 Km ²
População	20.952 Hab
Densidade Populacional	123 Hab/Km ²

Fonte: Departamento de Informática do SUS (DATASUS)

Data da consulta: 15/02/2022

1.2. Secretaria de Saúde

Nome do Órgão	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE BASTOS
Número CNES	5988497
CNPJ	A informação não foi identificada na base de dados
CNPJ da Mantenedora	45547403000193
Endereço	PRESIDENTE VARGAS 398 SALA A
Email	smsbastos@bastos.sp.gov.br
Telefone	1434785066

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)

Data da consulta: 15/02/2022

1.3. Informações da Gestão

Prefeito(a)	MANOEL IRONIDES ROSA
Secretário(a) de Saúde em Exercício	MARIA ISABEL ALEGRE VIANA DA SILVA
E-mail secretário(a)	mariaisabel_saude@hotmail.com
Telefone secretário(a)	1434785066

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)

Data da consulta: 15/02/2022

1.4. Fundo de Saúde

Instrumento de criação	LEI
Data de criação	03/1991
CNPJ	11.892.520/0001-72
Natureza Jurídica	FUNDO PUBLICO DA ADMINISTRACAO DIRETA MUNICIPAL
Nome do Gestor do Fundo	Maria Isabel Alegre Viana da Silva

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)

Data da consulta: 15/02/2022

1.5. Plano de Saúde

Período do Plano de Saúde	2018-2021
Status do Plano	Aprovado

Fonte: Departamento de Informática do SUS (DATASUS)

Data da consulta: 12/08/2020

1.6. Informações sobre Regionalização

Município	Área (Km²)	População (Hab)	Densidade	
ARCO-ÍRIS		263.214	1755	6,67
BASTOS		170.454	20952	122,92
HERCULÂNDIA		365.136	9649	26,43
IACRI		324.029	6269	19,35
PARAPUÃ		365.224	10934	29,94
QUEIROZ		235.496	3513	14,92
RINÓPOLIS		358.5	9940	27,73
TUPÃ		629.108	65615	104,30

Fonte: Departamento de Informática do SUS (DATASUS)

Ano de referência: 2021

1.7. Conselho de Saúde

Instrumento Legal de Criação	LEI	
Endereço	Av Zilda Arns Neumann 705 Res Pref Massaharu Matsubara	
E-mail	suelinavarro32@hotmail.com	
Telefone	1498056999	
Nome do Presidente	Sueli Moreira Lino Navarro	
Número de conselheiros por segmento	Usuários	13
	Governo	4
	Trabalhadores	6
	Prestadores	2

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)

Ano de referência: 202105

1.8. Casa Legislativa

1º RDQA

Data de Apresentação na Casa Legislativa



2º RDQA

Data de Apresentação na Casa Legislativa



3º RDQA

Data de Apresentação na Casa Legislativa



• Considerações

O Relatório de Gestão é o instrumento da gestão do SUS, regulamentado pelo item IV, do art. 4º, da Lei 8.142/1990, e pela Lei Complementar 141/2012, utilizado para comprovação da aplicação dos recursos, apresentando os resultados alcançados com a execução da Programação Anual de Saúde (PAS). É, portanto, importante para orientar a elaboração da nova programação anual, bem como apontar ajustes, que se façam necessários, no Plano de Saúde. Torna-se, assim, a principal ferramenta para subsidiar o processo de monitoramento e avaliação da gestão do Sistema Único de Saúde no âmbito Municipal, Estadual, no Distrito Federal e União.

O Art. 6º da Portaria GM/MS nº 2.135, de 25 de setembro de 2013, dispõe que o Relatório de Gestão é o instrumento de gestão com elaboração anual que permite ao gestor apresentar os resultados alcançados com a execução da PAS e orienta eventuais redirecionamentos que se fizerem necessários no Plano de Saúde.

§ 1º O Relatório de Gestão contemplará os seguintes itens:

I - as diretrizes, objetivos e indicadores do Plano de Saúde;

II - as metas da PAS previstas e executadas;

III - a análise da execução orçamentária; e

IV - as recomendações necessárias, incluindo eventuais redirecionamentos do Plano de Saúde.

O Conselho possui na sua composição a paridade estabelecida na resolução do CNS. Embora no sistema apresente 13 usuários, na verdade são 12, a secretaria está verificando o que está acontecendo no sistema que não está atualizando os dados.

Realizou as audiências públicas no ano de 2021, nos prazos definidos na LC nº 141/12.

2. Introdução

- Análises e Considerações sobre Introdução

O Presente Relatório Anual de Gestão sistematiza as avaliações realizadas quadrimestralmente com a finalidade de avaliar a Programação Anual de Saúde de 2021, e o último ano de execução do Plano Municipal de Saúde para o quadriênio de 2018/2021, a fim de realizar as análises e considerações para o próximo quadriênio.

A Portaria Nº 750, de 29/04/2019, alterou a Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para instituir o Sistema DigiSUS Gestor/Módulo de Planejamento - DGMP, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS. Define no artigo "Art. 99. § 3º O Relatório de Gestão deve ser enviado ao respectivo Conselho de Saúde até o dia 30 de março do ano seguinte ao da execução financeira, cabendo ao Conselho emitir parecer conclusivo, por meio do sistema DigiSUS Gestor/Módulo Planejamento - DGMP." (NR).

3. Dados Demográficos e de Morbimortalidade

3.1. População estimada por sexo e faixa etária

Período: 2020

Faixa Etária	Masculino	Feminino	Total
0 a 4 anos	688	656	1344
5 a 9 anos	690	672	1362
10 a 14 anos	633	656	1289
15 a 19 anos	649	651	1300
20 a 29 anos	1444	1465	2909
30 a 39 anos	1588	1526	3114
40 a 49 anos	1488	1466	2954
50 a 59 anos	1501	1502	3003
60 a 69 anos	925	1084	2009
70 a 79 anos	475	623	1098
80 anos e mais	209	362	571
Total	10290	10663	20953

Fonte: Estimativas preliminares elaboradas pelo Ministério da Saúde/SVS/CGIAE (DataSUS/Tablet)
Data da consulta: 24/03/2022.

3.2. Nascidos Vivos

Número de nascidos vivos por residência da mãe.

Unidade Federação	2017	2018	2019
Bastos	290	294	298

Fonte: Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (MS/SVS/DASIS/SINASC)
Data da consulta: 24/03/2022.

3.3. Principais causas de internação

Morbidade Hospitalar de residentes, segundo capítulo da CID-10.

Capítulo CID-10	2017	2018	2019	2020	2021
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	311	286	323	523	333
II. Neoplasias (tumores)	73	82	89	95	113
III. Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitár	43	63	52	64	63
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	119	114	91	81	84
V. Transtornos mentais e comportamentais	20	29	20	26	20
VI. Doenças do sistema nervoso	23	16	25	21	19
VII. Doenças do olho e anexos	12	1	2	4	5
VIII. Doenças do ouvido e da apófise mastóide	1	3	3	-	-
IX. Doenças do aparelho circulatório	259	201	202	191	161
X. Doenças do aparelho respiratório	606	571	647	221	194
XI. Doenças do aparelho digestivo	240	274	277	224	196
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	16	17	22	23	17
XIII. Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	48	33	63	37	27
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	241	305	277	186	150
XV. Gravidez parto e puerpério	274	251	261	217	236
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	41	39	50	31	28
XVII. Malf cong deformid e anomalias cromossômicas	10	8	5	6	4

Capítulo CID-10	2017	2018	2019	2020	2021
XVIII.Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	55	42	64	28	34
XIX. Lesões enven e alg out conseq causas externas	104	137	135	142	125
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	-	-	-	-	-
XXI. Contatos com serviços de saúde	48	73	61	41	70
CID 10ª Revisão não disponível ou não preenchido	-	-	-	-	-
Total	2544	2545	2669	2161	1879

Fonte: Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)

Data da consulta: 24/03/2022.

Obs.: A atualização dos valores relativos ao último período ocorrem simultaneamente ao carregamento dos dados no Tabnet/DATASUS.

3.4. Mortalidade por grupos de causas

Mortalidade de residentes, segundo capítulo CID-10

Capítulo CID-10	2017	2018	2019
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	4	9	5
II. Neoplasias (tumores)	29	27	28
III. Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitár	1	2	-
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	11	16	14
V. Transtornos mentais e comportamentais	1	-	-
VI. Doenças do sistema nervoso	1	4	2
VII. Doenças do olho e anexos	-	-	-
VIII. Doenças do ouvido e da apófise mastóide	-	-	-
IX. Doenças do aparelho circulatório	52	41	45
X. Doenças do aparelho respiratório	20	13	19
XI. Doenças do aparelho digestivo	12	7	5
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	2	1	3
XIII. Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	1	-	-
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	8	5	8
XV. Gravidez parto e puerpério	-	-	1
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	2	3	5
XVII. Malf cong deformid e anomalias cromossômicas	-	2	-
XVIII.Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	12	15	13
XIX. Lesões enven e alg out conseq causas externas	-	-	-
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	16	8	12
XXI. Contatos com serviços de saúde	-	-	-
XXII. Códigos para propósitos especiais	-	-	-
Total	172	153	160

Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade (MS/SVS/CGIAE/SIM-TABNET)

Data da consulta: 24/03/2022.

• Análises e Considerações sobre Dados Demográficos e de Morbimortalidade

Segundo o quadro acima, o município conta com uma população estimada de 20.953 habitantes, sendo composta por 10.290 homens e 10.663 mulheres. **Outro fator importante que merece ser destacado está relacionado a população vivendo na área rural. Possuímos cadastrados 1.734 indivíduos nas áreas cobertas por ACS na área rural, principalmente em granjas, principal atividade econômica do município.**

A **população menor de 01 ano** começa a apresentar uma diminuição, constatado pelo número de nascimentos, onde foram registrados nascidos vivos em 2016: (280), 2017 (290), 2018 (294), 2019 (298), 2020 (245) e 2021 (266) nascimentos, segundo o SINASC Municipal.

A população com mais de 60 anos, por sua vez apresenta maior expectativa de vida, representando 17,5% do total da população. Crescimento este caracterizado por dois determinantes básicos, que é a queda da taxa de mortalidade e a redução na taxa de fecundidade desde 1960. O que demonstra a necessidade de investir em políticas que estimulem aos jovens iniciarem sua vida profissional mais cedo e preparar a sociedade para inserir esta população de idosos no cotidiano das atividades de acordo com suas limitações.

O ano de 2021, assim como 2020, em decorrência da pandemia da COVID -19, algumas internações eletivas foram suspensas como orientação de evitar a contaminação pelo novo coronavírus, diminuindo as internações eletivas. As demais causas de internações não houveram mudanças significativas entre as principais causas quando comparadas aos anos anteriores. O número de internações para tratamento de Infecção pelo coronavírus - COVID no período foram 116 no hospital do município e 67 em outros hospitais, somando um total de 183 internações por residência.

Destaca-se o número elevado de internações por causas relacionadas as doenças infecciosas, relacionada ao início do ano de 2020 o elevado número de casos de Dengue no município e consequentemente internações relacionadas. O maior número de internações por especialidade no município está em clínica médica e também a maior na média de permanência, considerando cuidados prolongados na

população idosa.

Analisando a morbidade hospitalar percebe-se que as cinco principais causas de internação em todas as especialidades (clínica médica, pediátrica, obstétrica e cirurgia) vêm se mantendo nos últimos anos, mudando apenas a ordem das mesmas. No ano em análise 2021, ficaram: 1). Algumas doenças infecciosas e parasitárias; 2) Gravidez, parto e puerpério; 3) Doenças do aparelho digestivo; 4) Doenças do aparelho respiratório; e 5) Doenças do aparelho circulatório. Houve uma redução no total de internações em 2020 e 2021 quando comparado aos anos anteriores.

O **total de óbitos** registrados em 2021 foram 249 óbitos, chamando atenção o número elevado de óbitos por algumas doenças infecciosas em 2020 e principalmente em 2021, em decorrência da pandemia. No ano de 2020, o município registrou **08 óbitos por COVID-19 e 2021: 79 óbitos**.

Os dados analisados referentes à mortalidade referentes ao período de 2018 a 2021, não diferencia muito as causas entre um ano e outro, a não ser a ordem de classificação. Bastos é uma cidade com características parecidas com as demais regiões vizinhas, que segundo a classificação por capítulo CID 10 registra os maiores números de óbitos em 2021 em 1º lugar: Algumas doenças infecciosas e parasitárias; 2º: Neoplasias; 3º: Doenças do aparelho circulatório; 4º Doenças do aparelho respiratório; 5º Sintomas sinais e achados anormais exames clínicos e laboratoriais.

4. Dados da Produção de Serviços no SUS

4.1. Produção de Atenção Básica

Tipo de Produção	Quantidade
Visita Domiciliar	67.999
Atendimento Individual	44.059
Procedimento	44.051
Atendimento Odontológico	7.706

Fonte: Sistema de informação em Saúde para a Atenção Básica – SISAB

4.2. Produção de Urgência e Emergência por Grupo de Procedimentos

Caráter de atendimento: Urgência

Grupo procedimento	Sistema de Informações Ambulatoriais		Sistema de Informações Hospitalares	
	Qtd. aprovada	Valor aprovado	AIH Pagas	Valor total
01 Ações de promoção e prevenção em saúde	-	-	-	-
02 Procedimentos com finalidade diagnóstica	-	-	-	-
03 Procedimentos clínicos	14	87,22	805	369818,66
04 Procedimentos cirúrgicos	-	-	57	28119,13
05 Transplantes de órgãos, tecidos e células	-	-	-	-
06 Medicamentos	-	-	-	-
07 Órteses, próteses e materiais especiais	-	-	-	-
08 Ações complementares da atenção à saúde	-	-	-	-
Total	14	87,22	862	397937,79

Fonte: Sistemas de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS) e Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)

Data da consulta: 24/03/2022.

4.3. Produção de Atenção Psicossocial por Forma de Organização

Sistema de Informações Ambulatoriais		
Forma de Organização	Qtd. aprovada	Valor aprovado
030108 Atendimento/Acompanhamento psicossocial	4537	-
Sistema de Informações Hospitalares		
Forma de Organização	AIH Pagas	Valor total
---	---	---

Fonte: Sistemas de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS) e Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)

Data da consulta: 24/03/2022.

4.4. Produção de Atenção Ambulatorial Especializada e Hospitalar por Grupo de Procedimentos

Grupo procedimento	Sistema de Informações Ambulatoriais		Sistema de Informações Hospitalares	
	Qtd. aprovada	Valor aprovado	AIH Pagas	Valor total
01 Ações de promoção e prevenção em saúde	53407	64,80	-	-
02 Procedimentos com finalidade diagnóstica	70667	260377,93	-	-
03 Procedimentos clínicos	120497	475146,76	806	369862,88
04 Procedimentos cirúrgicos	1588	25570,63	147	62337,34
05 Transplantes de órgãos, tecidos e células	-	-	-	-
06 Medicamentos	-	-	-	-

Grupo procedimento	Sistema de Informações Ambulatoriais		Sistema de Informações Hospitalares	
	Qtd. aprovada	Valor aprovado	AIH Pagas	Valor total
07 Órteses, próteses e materiais especiais	104	15600,00	-	-
08 Ações complementares da atenção à saúde	1244	6157,80	-	-
Total	247507	782917,92	953	432200,22

Fonte: Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS) e Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)
Data da consulta: 24/03/2022.

4.5. Produção de Assistência Farmacêutica

Esse item refere-se ao componente especializado da assistência farmacêutica, sob gestão da esfera estadual. Portanto, não há produção sob gestão municipal.

4.6. Produção de Vigilância em Saúde por Grupo de Procedimentos

Financiamento: Vigilância em Saúde

Grupo procedimento	Sistema de Informações Ambulatoriais	
	Qtd. aprovada	Valor aprovado
01 Ações de promoção e prevenção em saúde	4109	-
02 Procedimentos com finalidade diagnóstica	4	-
Total	4113	-

Fonte: Sistemas de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS)
Data da consulta: 24/03/2022.

- **Análises e Considerações sobre Dados da Produção de Serviços no SUS**

Os dados apresentados estão sistematizados de forma que não demonstra a produção real realizada nos serviços municipais, conforme relatório anexado ao final no sistema.

Apesar da pandemia da COVID 19, e os seus impactos desde 2.020, o município apresentou uma produção total maior que 1.000.000 de atendimentos/procedimentos na rede municipal de saúde no ano de 2.021. Os trabalhadores de saúde intensificaram o trabalho para atender as demandas assistenciais de rotina, da pandemia e para alcance da cobertura desejada para imunização contra a Covid-19.

Quanto a produção de indicadores qualitativos de Produção: Regulação, o índice de absenteísmo de todas as unidades básicas de saúde por faltas dos usuários de Bastos em consultas e exames agendados no AME de Tupã, Hospital e Especialidades do município no 1º quadrimestre foi de 12,36%, aumentando devido a nova onda no 2º quadrimestre com 15,96% e reduzindo no 3º 12,40%.

Em relação a Ouvidoria apresentou o índice de satisfação dos usuários do SUS na da Rede Municipal em 2021 foi de 71,74 % atribuída as notas de Bom e Muito Bom, se excluirmos os que não utilizaram serviço e anulado, este índice chega a **81,82 % evidenciando um bom % de satisfação.**

5. Rede Física Prestadora de Serviços ao SUS

5.1. Por tipo de estabelecimento e gestão

Período 12/2021

Rede física de estabelecimentos de saúde por tipo de estabelecimentos				
Tipo de Estabelecimento	Dupla	Estadual	Municipal	Total
FARMACIA	0	0	1	1
CENTRO DE SAUDE/UNIDADE BASICA	0	0	6	6
CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	0	0	1	1
HOSPITAL GERAL	0	0	1	1
CENTRAL DE ABASTECIMENTO	0	0	1	1
UNIDADE DE APOIO DIAGNOSE E TERAPIA (SADT ISOLADO)	0	0	1	1
CENTRAL DE GESTAO EM SAUDE	0	0	1	1
PRONTO SOCORRO GERAL	0	0	1	1
CLINICA/CENTRO DE ESPECIALIDADE	0	0	2	2
POLO ACADEMIA DA SAUDE	0	0	2	2
UNIDADE DE VIGILANCIA EM SAUDE	0	0	1	1
CENTRAL DE REGULACAO DO ACESSO	0	0	1	1
POLICLINICA	0	0	1	1
Total	0	0	20	20

Observação: Os dados apresentados referem-se ao número de estabelecimentos de saúde públicos ou prestadores de serviços ao SUS

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)

Data da consulta: 15/02/2022.

5.2. Por natureza jurídica

Período 12/2021

Rede física de estabelecimentos de saúde por natureza jurídica				
Natureza Jurídica	Municipal	Estadual	Dupla	Total
ADMINISTRACAO PUBLICA				
MUNICIPIO	19	0	0	19
ENTIDADES EMPRESARIAIS				
ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS				
ASSOCIACAO PRIVADA	1	0	0	1
PESSOAS FISICAS				
Total	20	0	0	20

Observação: Os dados apresentados referem-se ao número de estabelecimentos de saúde públicos ou prestadores de serviços ao SUS

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)

Data da consulta: 15/02/2022.

5.3. Consórcios em saúde

Período 2021

Participação em consórcios			
CNPJ	Natureza	Area de atuação	Participantes
07833463000183	Direito Público	Assistência médica e ambulatorial	SP / BASTOS
51501484000193	Direito Público	Transporte sanitário Atenção odontológica Atenção hospitalar Compra de medicamentos	SP / BASTOS

Fonte: DIGISUS Gestor - Módulo Planejamento (DIGISUSGMP) - Consulta Online

Data da consulta: 15/02/2022.

- Análises e Considerações sobre Rede Física Prestadora de Serviços ao SUS

O município conta atualmente com 20 equipamentos de Saúde. Sendo 19 deles com administração direta: 06 Unidades Básicas, tendo 01 EAP e 06 Equipes de Saúde da Família, 02 Clínicas Especializadas: 01 Centro de Especialidades Odontológicas (CEO), 01 Unidade de Fisioterapia; 01 CAPS I, com 01 Serviço de Residência Terapêutica (SRT II); 01 Policlínica: Ambulatório de Especialidades, 02 Polos de Academias de Saúde tipo intermediária, 01 Central de Medicamentos ζ CEME: Dispensação, 01 Central de Medicamentos ζ CEME: Almoarifado; 01 Central de Regulação; 01 Pronto Socorro Municipal, 01 Secretaria Municipal de Saúde; 01 Unidade de Vigilância Epidemiológica, 01 Unidade de Apoio Diagnóstico e Terapia (Laboratório de Prótese ζ LRPD), 01 Hospital Geral (Filantrópico) sob gestão municipal.

Habilitado com Centro de Atendimento a COVID tipo I junto ao CNES do Centro de Saúde. O município retomou sua participação no Consórcio CRIS Tupã em 2021.

6. Profissionais de Saúde Trabalhando no SUS

Período 02/2021

Postos de trabalho ocupados, por ocupação e forma de contratação						
Adm. do Estabelecimento	Formas de contratação	CBOs médicos	CBOs enfermeiro	CBOs (outros) nível superior	CBOs (outros) nível médio	CBOs ACS
Pública (NJ grupo 1, ou 201-1, 203-8)	Estatutários e empregados públicos (0101, 0102)	19	15	52	73	36
	Intermediados por outra entidade (08)	38	0	0	0	0
	Autônomos (0209, 0210)	4	0	1	0	0
	Residentes e estagiários (05, 06)	0	0	0	0	0
	Bolsistas (07)	0	0	0	0	0
	Informais (09)	0	0	0	0	0
Privada (NJ grupos 2 - exceto 201-1, 203-8 -, 3, 4 e 5)	Intermediados por outra entidade (08)	0	0	0	0	0
	Celetistas (0105)	0	0	0	0	0
	Autônomos (0209, 0210)	0	0	0	0	0
	Residentes e estagiários (05, 06)	0	0	0	0	0
	Bolsistas (07)	0	0	0	0	0
	Informais (09)	0	0	0	0	0
	Servidores públicos cedidos para a iniciativa privada (10)	0	0	0	0	0

Postos de trabalho ocupados, por Contrato Temporário e Cargos em Comissão						
Adm. do Estabelecimento	Formas de contratação	CBOs médicos	CBOs enfermeiro	CBOs (outros) nível superior	CBOs (outros) nível médio	CBOs ACS
Pública (NJ grupo 1, ou 201-1, 203-8)	Contratos temporários e cargos em comissão (010301, 0104)	4	12	7	22	2
Privada (NJ grupos 2 - exceto 201-1, 203-8 -, 3, 4 e 5)	Contratos temporários e cargos em comissão (010302, 0104)	0	0	0	0	0

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)

Data da consulta: 31/03/2022.

Postos de trabalho ocupados, por ocupação e forma de contratação						
Adm. do Estabelecimento	Formas de contratação	2017	2018	2019	2020	
Pública (NJ grupo 1, ou 201-1, 203-8)	Autônomos (0209, 0210)	4	3	4	9	
	Estatutários e empregados públicos (0101, 0102)	188	212	308	296	
	Intermediados por outra entidade (08)	13	14	19	25	
	Residentes e estagiários (05, 06)	3	4	7	1	

Postos de trabalho ocupados, por Contrato Temporário e Cargos em Comissão						
Adm. do Estabelecimento	Formas de contratação	2017	2018	2019	2020	
Pública (NJ grupo 1, ou 201-1, 203-8)	Contratos temporários e cargos em comissão (010301, 0104)	15	15	12	15	

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)

Data da consulta: 31/03/2022.

• Análises e Considerações sobre Profissionais de Saúde Trabalhando no SUS

No quadro a cima é possível notar que o município possui o maior % dos seus trabalhadores com vínculo empregatício. Importante destacar que em 2011 foi realizada concorrência pública para prestação de serviços médicos plantonistas a serem realizados no Pronto Socorro Municipal devido à dificuldade na execução deste serviço de forma direta em decorrência do limite do teto estabelecido ao executivo municipal. Também com a pandemia e suspensão do concurso público, houveram afastamento de trabalhadores de risco e alguns durante o período de transmissão por terem sido contaminados, solicitação de exonerações, implantação Centro Atendimento COVID, aumento da demanda, foram necessários abertura de processos seletivos para contratação emergencial de trabalhadores de saúde.

7. Programação Anual de Saúde - PAS

7.1. Diretrizes, objetivos, metas e indicadores

DIRETRIZ Nº 1 - Garantir o acesso a serviços de qualidade mediante aprimoramento da política de atenção básica.

OBJETIVO Nº 1.1 - Utilizar mecanismos que propiciem a ampliação do acesso a Atenção Básica.

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Linha-Base	Meta 2021	Unidade de medida - Linha-Base	Resultado Anual	Meta Plano(2018-2021)	Unidade de medida - Meta	% meta alcançada
1. Ampliar a cobertura populacional pelas equipes de atenção básica	Cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica	Percentual	100	Percentual	100	100,00	Percentual	100,00
2. Ampliar o percentual de acompanhamento das condicionalidades de Saúde do Programa Bolsa Família.	Cobertura de acompanhamento das condicionalidades de Saúde do Programa Bolsa Família (PBF)	Percentual	70	Percentual	78	70,00	Percentual	111,43
3. Aumentar a cobertura de saúde da bucal na atenção básica	Cobertura populacional estimada de saúde bucal na atenção básica	Percentual	100	Percentual	100	100,00	Percentual	100,00
4. Atingir o percentual de 4,5% de exodontia em relação aos procedimentos básicos.	Proporção de exodontia em relação aos procedimentos	Percentual	4.5	Percentual	3.32	4,50	Percentual	73,78
5. Aumentar o acesso a 1ª consulta odontológica programática	Proporção de 1ª consultas odontológicas programáticas realizadas ao ano em relação à população.	Percentual	2.5	Percentual	5.49	10,00	Percentual	219,60
6. Implantar em 100 % das USF/UBS as fichas de cadastro do eSUS e envio ao MS, através do PEC.	Número de cadastros nas Unidades Básicas de Saúde informando no SISAB	Número	100	Número	100	100,00	Percentual	100,00
7. Manter 100% das equipes das USF/UBS aderidas ao PMAQ de acordo com pactuações do MS.	Percentual de unidades aderidas ao Programa do PMAQ.	Percentual	90	Percentual	100	100,00	Percentual	111,11
8. Manter 100% das equipes de atenção básica pactuadas no PSE.	Percentual de unidades aderidas ao Programa do PSE.	Percentual	100	Percentual	100	100,00	Percentual	100,00
9. Atingir 100% das metas em todas as especialidades odontológicas CEO e LRPD programada	metas atingidas por especialidade no Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) e Laboratório de Prótese.	Percentual	100	Percentual	60	100,00	Percentual	60,00

OBJETIVO Nº 1.2 - Adequar à infraestrutura física da Rede Básica Municipal de Saúde a fim de propiciar uma ambiência acolhedora e segurança ao atendimento básico adequado

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Linha-Base	Meta 2021	Unidade de medida - Linha-Base	Resultado Anual	Meta Plano(2018-2021)	Unidade de medida - Meta	% meta alcançada
1. Realizar ajustes na infraestrutura nas Unidades Básicas de Saúde	Número de Unidades Básicas de Saúde contempladas com melhoria de infraestrutura física	Número	100	Número	100	100,00	Percentual	100,00
2. Fazer aquisição de veículos mediante projetos aprovados pelo MS e SES/SP.	Número de veículos adquiridos para Transporte Sanitário e Equipes de Saúde	Número	100	Número	100	100,00	Percentual	100,00

DIRETRIZ Nº 2 - Aprimorar a Rede Cegonha para atenção integral à saúde da mulher e da criança, com ênfase nas áreas e populações de maior vulnerabilidade.

OBJETIVO Nº 2.1 - Fortalecer e ampliar as ações de Prevenção, detecção precoce e tratamento oportuno do Câncer de Mama e do Colo de Útero.

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Linha-Base	Meta 2021	Unidade de medida - Linha-Base	Resultado Anual	Meta Plano(2018-2021)	Unidade de medida - Meta	% meta alcançada
1. Atingir 0,7 ou mais a razão de mulheres na faixa etária de 25 a 64 anos com um exame citopatológico a cada três anos.	Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos na população residente de determinado local e a população da mesma faixa etária	Razão	.7	Razão	.46	0,70	Razão	65,71
2. Atingir 0,7 ou mais de razão de exames de mamografia em mulheres de 50 a 69 anos de idade.	Razão de exames de mamografia de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos na população residente de determinado local e população da mesma faixa etária.	Razão	.7	Razão	.48	0,70	Razão	68,57

OBJETIVO Nº 2.2 - Organizar a Rede de Atenção à Saúde Materna e Infantil para garantir acesso, acolhimento e resolutividade

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Linha-Base	Meta 2021	Unidade de medida - Linha-Base	Resultado Anual	Meta Plano(2018-2021)	Unidade de medida - Meta	% meta alcançada
1. Diminuir a proporção de gravidez na adolescência (10 a 19 anos).	Proporção de gravidez na adolescência entre as faixas etárias 10 a 19 anos	Proporção	15	Proporção	15	15,00	Proporção	100,00
2. Manter e ou ampliar a proporção de parto normal	Proporção de parto normal no Sistema Único de Saúde e na Saúde Suplementar	Proporção	39	Proporção	35	44,00	Proporção	89,74
3. Ampliar ou Manter a proporção de nascidos vivos de mães com 7 ou mais consultas	Proporção de nascidos vivos de mães com 7 ou mais consultas de pré-natal.	Proporção	85	Proporção	88	85,00	Proporção	103,53
4. Manter ou diminuir o número óbito infantil.	Taxa de mortalidade infantil	Número	2	Número	5	3	Número	250,00
5. Manter Zero o número de óbitos materno.	Número de óbitos maternos em determinado período e local de residência	Número	0	Número	0	0	Número	0
6. Investigar 100% dos óbitos de mulheres em idade fértil MIF.	Proporção de óbitos de mulheres em idade fértil (10 a 49 anos) investigados.	Proporção	100	Proporção	100	100,00	Percentual	100,00

DIRETRIZ Nº 3 - Reduzir e prevenir riscos e agravos à saúde da população, por meio das ações de promoção e proteção com foco na prevenção das doenças crônicas não transmissíveis, acidentes e violência, no controle das doenças transmissíveis e na promoção do envelhecimento saudável.

OBJETIVO Nº 3.1 - Fortalecer a promoção e a Vigilância em Saúde.

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Linha-Base	Meta 2021	Unidade de medida - Linha-Base	Resultado Anual	Meta Plano(2018-2021)	Unidade de medida - Meta	% meta alcançada
1. Implantar Comitê Municipal de enfrentamento da pandemia pelo novo coronavírus	Número de Comitê Implantado	Número	1	Número	1	1	Número	100,00
2. Atingir 90% de cura de casos novos de tuberculose pulmonar bacilífera.	Proporção de cura de casos novos de tuberculose pulmonar bacilífera.	Proporção	90	Proporção	100	90,00	Percentual	111,11
3. Garantir a oferta de exames anti-HIV em 100 % dos casos novos de tuberculose diagnosticados.	Proporção de exames anti-HIV realizados entre os casos novos de tuberculose.	Proporção	100	Proporção	100	100,00	Percentual	100,00
4. Atingir o percentual de 90% de cura de casos novos de hanseníase diagnosticados nos anos das coortes.	Proporção de cura dos casos novos de hanseníase diagnosticados nos anos das coortes.	Proporção	90	Proporção	0	90,00	Percentual	0
5. Manter em 100% as coberturas vacinais adequadas do calendário básico de Vacinação da Criança.	Proporção de vacinas selecionadas do Calendário Nacional de Vacinação para crianças menores de dois anos de idade - Pentavalente 3ª dose, Pneumocócica 10-valente 2ª dose, Poliomielite 3ª dose e Tríplice viral 1ª dose - com cobertura vacinal preconizada	Proporção	100	Proporção	25	100,00	Percentual	25,00
6. Encerrar oportunamente as investigações das notificações de agravos compulsórios registradas no SINAN.	Proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerrados em até 60 dias após notificação.	Proporção	90	Proporção	100	85,00	Percentual	111,11
7. Manter e ou reduzir o número de casos de sífilis congênita.	Número de casos novos de sífilis congênita em menores de um ano de idade	Número	1	Número	2	1	Número	200,00
8. Atingir 95 % do número de registro de óbitos com causa básica definida.	Proporção de registro de óbitos com causa básica definida	Proporção	95	Proporção	100	95,00	Percentual	105,26
9. Atingir o percentual de 85 % de preenchimento do campo ocupação nas notificações de agravos relacionados ao trabalho.	Proporção de preenchimento do campo ocupação nas notificações de agravos relacionados ao trabalho.	Proporção	90	Proporção	100	85,00	Percentual	111,11
10. Manter em zero o número de casos novos de AIDS em menores de 5 anos.	Número de casos novos de aids em menores de 5 anos.	Número	0	Número	0	0	Número	0
11. Manter em zero o número de óbitos por Arboviroses.	Número absoluto de óbitos por Arboviroses.	Número	0	Número	0	0	Número	0
12. Implantar/Implementar 01 Sala Municipal de Situação de Arbovirose.	Número de reuniões realizadas no ano.	Número	1	Número	1	1	Número	100,00
13. Realizar 90% do número de imóveis visitados nos ciclos de visitas domiciliares para controle da dengue.	Número de ciclos que atingiram mínimo de 80% de cobertura de imóveis visitados para controle vetorial da dengue	Número	4	Número	4	6	Número	100,00

OBJETIVO Nº 3.2 - Aprimorar o marco regulatório e as ações de vigilância sanitária, para assegurar a proteção à saúde e o desenvolvimento sustentável do setor.

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Linha-Base	Meta 2021	Unidade de medida - Linha-Base	Resultado Anual	Meta Plano(2018-2021)	Unidade de medida - Meta	% meta alcançada
1. Realizar análises em amostras de água para consumo humano, disponibilizadas pelo Laboratório IAL.	Proporção de análises realizadas em amostras de água para consumo humano quanto aos parâmetros coliformes totais, cloro residual livre e turbidez	Proporção	70	Proporção	70	70,00	Percentual	100,00
2. Realizar as ações de vigilância sanitária consideradas necessárias para o município.	Percentual de municípios que realizam no mínimo seis grupos de ações de Vigilância Sanitária consideradas necessárias a todos os municípios no ano	Percentual	100	Percentual	100	100,00	Percentual	100,00

OBJETIVO Nº 3.3 - Melhoria das condições de Saúde do Idoso e portadores de doenças crônicas mediante qualificação da gestão e das redes de atenção.

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Linha-Base	Meta 2021	Unidade de medida - Linha-Base	Resultado Anual	Meta Plano(2018-2021)	Unidade de medida - Meta	% meta alcançada
1. Reduzir o número de óbitos prematuro por DCNT: doenças do aparelho circulatório, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas.	Mortalidade prematura (de 30 a 69 anos) pelo conjunto das 4 principais DCNT (doenças do aparelho circulatório, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas)	Número	36	Número	36	36	Número	100,00
2. Ampliar o número de praticantes no Projeto Saúde em Atividade.	Nº de participantes no Projeto Saúde em Atividade.	Número	2,5	Número	0	10,00	Percentual	0
3. Realizar projetos junto ao Ministério da Saúde para construção de Academias de Saúde junto as UBS.	Número de Academias contempladas e Construídas.	Número	0	Número	0	2	Número	0

DIRETRIZ Nº 4 - Garantir acesso à assistência farmacêutica no âmbito do SUS.

OBJETIVO Nº 4.1 - Garantir o acesso aos medicamentos Básicos através da gestão da Assistência Farmacêutica no SUS.

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Linha-Base	Meta 2021	Unidade de medida - Linha-Base	Resultado Anual	Meta Plano(2018-2021)	Unidade de medida - Meta	% meta alcançada
1. Fazer adesão do Sistema Nacional de Gestão da Assistência Farmacêutica - HORUS como estratégia de qualificação da gestão da Assistência Farmacêutica no SUS.	Sistema de informação de AFB implantada	Percentual	100	Percentual	100	100,00	Percentual	100,00
2. Realizar anualmente a atualização da Relação de Medicamentos Básicos do município.	Lista de Medicamentos Básicos Municipais Atualizados.	Número	100	Número	100	100,00	Percentual	100,00
3. Aplicar a Contra Partida Municipal definida em Portaria específica vigente	valor de Contra partida aplicada		60410	0	194722,22	60.410,00	Moeda	322,33
4. Farmácias equipadas e estruturadas de acordo com boas práticas de armazenamento de medicamentos.	Proporção de farmácias estruturadas e equipadas em consonância com a legislação sanitária vigente.	Número	6	Número	6	6	Número	100,00
5. Atingir 90% dos medicamentos de Demandas Judiciais adquiridos em tempo adequado para o seu atendimento.	Proporção de medicamentos solicitados por determinação judiciais atendidos.	Percentual	90	Percentual	100	90,00	Percentual	111,11

DIRETRIZ Nº 5 - Ampliar o acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, mediante aprimoramento da política da atenção especializada no âmbito do SUS.

OBJETIVO Nº 5.1 - Garantir acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, mediante aprimoramento a política de atenção básica e da atenção especializada.

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Linha-Base	Meta 2021	Unidade de medida - Linha-Base	Resultado Anual	Meta Plano(2018-2021)	Unidade de medida - Meta	% meta alcançada
1. Ampliar em 10% o acesso às internações clínico cirúrgicas de média complexidade, através de mutirões.	Razão de internações clínico-cirúrgicas de média complexidade e população residente		2,5	0	4	10,00	Percentual	160,00

OBJETIVO Nº 5.2 - Adequar à infraestrutura física da Rede Especializada Municipal de Saúde a fim de propiciar uma ambiência acolhedora e segurança ao atendimento adequado.

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Linha-Base	Meta 2021	Unidade de medida - Linha-Base	Resultado Anual	Meta Plano(2018-2021)	Unidade de medida - Meta	% meta alcançada
1. Realizar as obras em das Unidades de Saúde Especializadas contempladas com recursos federais para melhoria de infra estrutura física e aquisição de equipamentos/materiais permanentes com apoio do MS e da SES/SP no prazo.	Percentual de Obras executadas previstas no cronograma /portarias.	Percentual	25	Percentual	25	100,00	Percentual	100,00
2. Fazer aquisição de ambulâncias, conforme projetos aprovados pelo MS e SES/SP.	Percentual de Ambulâncias adquiridas para Simples Remoção.	Percentual	25	Percentual	25	100,00	Percentual	100,00

OBJETIVO Nº 5.3 - Implementar a Rede de Atenção às Urgências.

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Linha-Base	Meta 2021	Unidade de medida - Linha-Base	Resultado Anual	Meta Plano(2018-2021)	Unidade de medida - Meta	% meta alcançada
1. Implantar Linha de Cuidado de IAM.	Linha de cuidado implantada.	Percentual	0	Percentual	0	100,00	Proporção	0

OBJETIVO Nº 5.4 - Ampliar o acesso à Atenção Psicossocial da população em geral, de forma articulada com os demais pontos de atenção em saúde e outros pontos intersetoriais.

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Linha-Base	Meta 2021	Unidade de medida - Linha-Base	Resultado Anual	Meta Plano(2018-2021)	Unidade de medida - Meta	% meta alcançada
1. Implantar 01 Centro de Atenção Psicossocial - CAPS I, apoiar o SRT II e UBS.	Número de CAPS I implantado.	Número	0	Número	0	1	Número	0

DIRETRIZ Nº 6 - Qualificar os processos de gestão do SUS

OBJETIVO Nº 6.1 - Qualificar os processos de gestão do SUS

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Linha-Base	Meta 2021	Unidade de medida - Linha-Base	Resultado Anual	Meta Plano(2018-2021)	Unidade de medida - Meta	% meta alcançada
1. Realizar os processos de educação permanente das equipes de apoio em saúde.	Percentual de processos de EP realizados.	Percentual	25	Percentual	50	70,00	Percentual	200,00
2. Capacitar e qualificar os trabalhadores dos serviços de saúde (recepção, enfermagem, ACS/ACE).	Percentual de profissionais capacitados.	Percentual	30	Percentual	40	80,00	Percentual	133,33
3. Reestruturar e qualificar a Central de Regulação Municipal.	Central de Regulação Municipal Reestruturada.	Número	1	Número	1	1	Número	100,00
4. Qualificar os processos de controle de auditoria sobre os serviços privados da área da saúde.	Processos de controle/monitoramento e auditoria realizados.		3	0	3	3	Número	100,00
5. Implantar Ouvidoria Municipal	Ouvidoria implantada	Número	0	Número	0	1	Número	0

DIRETRIZ Nº 7 - Implementar e qualificar os processos de gestão participativa e o controle social

OBJETIVO Nº 7.1 - Qualificar processos de gestão participativa e controle social.

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Linha-Base	Meta 2021	Unidade de medida - Linha-Base	Resultado Anual	Meta Plano(2018-2021)	Unidade de medida - Meta	% meta alcançada
1. Garantir a realização a cada 02 anos da eleição para o Conselho Municipal de Saúde, com ampla divulgação das etapas do processo.	Eleições realizadas.	Número	0	Número	0	2	Número	0
2. Capacitar permanentemente os novos integrantes do Conselho Municipal de Saúde.	Nº capacitações realizadas.	Percentual	20	Percentual	18	80,00	Percentual	90,00
3. Promover estratégias efetivas de divulgação do trabalho do Conselho Municipal de Saúde	Divulgação realizada	Número	1	Número	1	1	Número	100,00
4. Realizar Reuniões mensais com Conselho Municipal	Reuniões realizadas	Número	12	Número	12	12	Número	100,00
5. Realizar Conferência/Plenária Municipal de Saúde a cada 2 anos	Conferência de Saúde realizada.	Número	1	Número	1	2	Número	100,00
6. Elaborar instrumentos de planejamento e submete los ao Conselho Municipal de Saúde: Plano Municipal de Saúde (PMS) para 4 anos, Programação Anual em Saúde (PAS) e Relatório Anual de Gestão (RAG).	Instrumentos elaborados e submetidos ao Conselho Municipal de Saúde	Percentual	100	Percentual	100	100,00	Percentual	100,00
7. Realizar prestação de contas quadrimestralmente ao Conselho Municipal de Saúde e realizar audiências públicas	Nº de prestação de contas submetidas ao Conselho Municipal de Saúde e Audiências Públicas realizadas.	Número	3	Número	3	3	Número	100,00

OBJETIVO Nº 7.2 - Melhorar o padrão de gasto, qualificar o financiamento e os processos de transparência de recursos do SUS.

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Linha-Base	Meta 2021	Unidade de medida - Linha-Base	Resultado Anual	Meta Plano(2018-2021)	Unidade de medida - Meta	% meta alcançada
1. Implantar a alimentação das compras de medicamentos no Banco de Preço em Saúde (BPS).	BPS alimentado	Percentual	25	Percentual	25	100,00	Percentual	100,00

DIRETRIZ Nº 8 - Articular a implementação de ações regionais.**OBJETIVO Nº 8.1 - Ampliar e qualificar a articulação regional em saúde.**

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Linha-Base	Meta 2021	Unidade de medida - Linha-Base	Resultado Anual	Meta Plano(2018-2021)	Unidade de medida - Meta	% meta alcançada
1. Participar das reuniões programadas de CIR/Cosems.	Participação na Reunião de CIR e Cosems/SP		90	0	90	90,00	Percentual	100,00

Demonstrativo da vinculação das metas anualizadas com a Subfunção

Subfunções da Saúde	Descrição das Metas por Subfunção	Meta programada para o exercício
122 - Administração Geral	Implantar Comitê Municipal de enfrentamento da pandemia pelo novo coronavírus	1
	Participar das reuniões programadas de CIR/Cosems.	90,00
	Implantar a alimentação das compras de medicamentos no Banco de Preço em Saúde (BPS).	25,00
	Garantir a realização a cada 02 anos da eleição para o Conselho Municipal de Saúde, com ampla divulgação das etapas do processo.	0
	Realizar os processos de educação permanente das equipes de apoio em saúde.	50,00
	Realizar as obras em das Unidades de Saúde Especializadas contempladas com recursos federais para melhoria de infra estrutura física e aquisição de equipamentos/materiais permanentes com apoio do MS e da SES/SP no prazo.	25,00
	Fazer adesão do Sistema Nacional de Gestão da Assistência Farmacêutica - HORUS como estratégia de qualificação da gestão da Assistência Farmacêutica no SUS.	100,00
	Realizar anualmente a atualização da Relação de Medicamentos Básicos do município.	100,00
	Capacitar permanentemente os novos integrantes do Conselho Municipal de Saúde.	18,00
	Capacitar e qualificar os trabalhadores dos serviços de saúde (recepção, enfermagem, ACS/ACE).	40,00
	Fazer aquisição de ambulâncias, conforme projetos aprovados pelo MS e SES/SP.	25,00
	Reestruturar e qualificar a Central de Regulação Municipal.	1
	Promover estratégias efetivas de divulgação do trabalho do Conselho Municipal de Saúde	1
	Farmácias equipadas e estruturadas de acordo com boas práticas de armazenamento de medicamentos.	6
	Realizar Reuniões mensais com Conselho Municipal	12
	Qualificar os processos de controle de auditoria sobre os serviços privados da área da saúde.	3
	Atingir 90% dos medicamentos de Demandas Judiciais adquiridos em tempo adequado para o seu atendimento.	100,00
	Implantar Ouvidoria Municipal	0
	Realizar Conferência/Plenária Municipal de Saúde a cada 2 anos	1
	Elaborar instrumentos de planejamento e submete los ao Conselho Municipal de Saúde: Plano Municipal de Saúde (PMS) para 4 anos, Programação Anual em Saúde (PAS) e Relatório Anual de Gestão (RAG).	100,00
Realizar prestação de contas quadrimestralmente ao Conselho Municipal de Saúde e realizar audiências públicas	3	
301 - Atenção Básica	Ampliar a cobertura populacional pelas equipes de atenção básica	100,00
	Realizar os processos de educação permanente das equipes de apoio em saúde.	50,00
	Reduzir o número de óbitos prematuro por DCNT: doenças do aparelho circulatório, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas.	36
	Implantar Comitê Municipal de enfrentamento da pandemia pelo novo coronavírus	1
	Diminuir a proporção de gravidez na adolescência (10 a 19 anos).	15,00
	Atingir 0,7 ou mais a razão de mulheres na faixa etária de 25 a 64 anos com um exame citopatológico a cada três anos.	0,46
	Realizar ajustes na infraestrutura nas Unidades Básicas de Saúde	100,00
	Ampliar o percentual de acompanhamento das condicionalidades de Saúde do Programa Bolsa Família.	78,00
	Capacitar e qualificar os trabalhadores dos serviços de saúde (recepção, enfermagem, ACS/ACE).	40,00
	Fazer aquisição de ambulâncias, conforme projetos aprovados pelo MS e SES/SP.	25,00
	Realizar anualmente a atualização da Relação de Medicamentos Básicos do município.	100,00
	Ampliar o número de praticantes no Projeto Saúde em Atividade.	0,00
	Atingir 90% de cura de casos novos de tuberculose pulmonar bacilífera.	100,00
	Manter e ou ampliar a proporção de parto normal	35,00
	Atingir 0,7 ou mais de razão de exames de mamografia em mulheres de 50 a 69 anos de idade.	0,48
	Fazer aquisição de veículos mediante projetos aprovados pelo MS e SES/SP.	100,00
	Aumentar a cobertura de saúde da bucal na atenção básica	100,00
	Reestruturar e qualificar a Central de Regulação Municipal.	1
	Aplicar a Contra Partida Municipal definida em Portaria específica vigente	194.722,22
	Realizar projetos junto ao Ministério da Saúde para construção de Academias de Saúde junto a UBS.	0
	Garantir a oferta de exames anti-HIV em 100 % dos casos novos de tuberculose diagnosticados.	100,00
	Ampliar ou Manter a proporção de nascidos vivos de mães com 7 ou mais consultas	88,00

	Atingir o percentual de 4,5% de exodontia em relação aos procedimentos básicos.	3,32
	Farmácias equipadas e estruturadas de acordo com boas práticas de armazenamento de medicamentos.	6
	Atingir o percentual de 90% de cura de casos novos de hanseníase diagnosticados nos anos das coortes.	0,00
	Manter ou diminuir o número óbito infantil.	5
	Aumentar o acesso a 1ª consulta odontológica programática	5,49
	Atingir 90% dos medicamentos de Demandas Judiciais adquiridos em tempo adequado para o seu atendimento.	100,00
	Manter em 100% as coberturas vacinais adequadas do calendário básico de Vacinação da Criança.	25,00
	Manter Zero o número de óbitos materno.	0
	Implantar em 100 % das USF/UBS as fichas de cadastro do eSUS e envio ao MS, através do PEC.	100,00
	Encerrar oportunamente as investigações das notificações de agravos compulsórios registradas no SINAN.	100,00
	Investigar 100% dos óbitos de mulheres em idade fértil MIF.	100,00
	Manter 100% das equipes das USF/UBS aderidas ao PMAQ de acordo com pactuações do MS.	100,00
	Manter e ou reduzir o número de casos de sífilis congênita.	2
	Manter 100% das equipes de atenção básica pactuadas no PSE.	100,00
	Atingir 100% das metas em todas as especialidades odontológicas CEO e LRPD programada	60,00
	Atingir o percentual de 85 % de preenchimento do campo ocupação nas notificações de agravos relacionados ao trabalho.	100,00
	Manter em zero o número de casos novos de AIDS em menores de 5 anos.	0
	Manter em zero o número de óbitos por Arboviroses.	0
	Realizar 90% do número de imóveis visitados nos ciclos de visitas domiciliares para controle da dengue.	4
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	Implantar Comitê Municipal de enfrentamento da pandemia pelo novo coronavírus	1
	Implantar 01 Centro de Atenção Psicossocial - CAPS I, apoiar o SRT II e UBS.	0
	Implantar Linha de Cuidado de IAM.	0,00
	Realizar as obras em das Unidades de Saúde Especializadas contempladas com recursos federais para melhoria de infra estrutura física e aquisição de equipamentos/materiais permanentes com apoio do MS e da SES/SP no prazo.	25,00
	Ampliar em 10% o acesso às internações clínico cirúrgicas de média complexidade, através de mutirões.	4,00
	Reduzir o número de óbitos prematuro por DCNT: doenças do aparelho circulatório, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas.	36
	Manter e ou ampliar a proporção de parto normal	35,00
	Capacitar e qualificar os trabalhadores dos serviços de saúde (recepção, enfermagem, ACS/ACE).	40,00
	Fazer aquisição de ambulâncias, conforme projetos aprovados pelo MS e SES/SP.	25,00
	Manter ou diminuir o número óbito infantil.	5
	Manter Zero o número de óbitos materno.	0
	Atingir 90% dos medicamentos de Demandas Judiciais adquiridos em tempo adequado para o seu atendimento.	100,00
303 - Suporte Profilático e Terapêutico	Diminuir a proporção de gravidez na adolescência (10 a 19 anos).	15,00
	Implantar Comitê Municipal de enfrentamento da pandemia pelo novo coronavírus	1
	Capacitar e qualificar os trabalhadores dos serviços de saúde (recepção, enfermagem, ACS/ACE).	40,00
304 - Vigilância Sanitária	Implantar Comitê Municipal de enfrentamento da pandemia pelo novo coronavírus	1
	Realizar análises em amostras de água para consumo humano, disponibilizadas pelo Laboratório IAL.	70,00
	Realizar as ações de vigilância sanitária consideradas necessárias para o município.	100,00
	Capacitar e qualificar os trabalhadores dos serviços de saúde (recepção, enfermagem, ACS/ACE).	40,00
	Atingir o percentual de 85 % de preenchimento do campo ocupação nas notificações de agravos relacionados ao trabalho.	100,00
	Realizar 90% do número de imóveis visitados nos ciclos de visitas domiciliares para controle da dengue.	4
305 - Vigilância Epidemiológica	Implantar Comitê Municipal de enfrentamento da pandemia pelo novo coronavírus	1
	Reduzir o número de óbitos prematuro por DCNT: doenças do aparelho circulatório, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas.	36
	Ampliar o percentual de acompanhamento das condicionalidades de Saúde do Programa Bolsa Família.	78,00
	Capacitar e qualificar os trabalhadores dos serviços de saúde (recepção, enfermagem, ACS/ACE).	40,00
	Ampliar o número de praticantes no Projeto Saúde em Atividade.	0,00
	Atingir 90% de cura de casos novos de tuberculose pulmonar bacilífera.	100,00
	Garantir a oferta de exames anti-HIV em 100 % dos casos novos de tuberculose diagnosticados.	100,00
	Manter ou diminuir o número óbito infantil.	5
	Atingir o percentual de 90% de cura de casos novos de hanseníase diagnosticados nos anos das coortes.	0,00
	Manter em 100% as coberturas vacinais adequadas do calendário básico de Vacinação da Criança.	25,00
	Encerrar oportunamente as investigações das notificações de agravos compulsórios registradas no SINAN.	100,00
	Manter e ou reduzir o número de casos de sífilis congênita.	2
	Manter 100% das equipes de atenção básica pactuadas no PSE.	100,00
	Atingir 95 % do número de registro de óbitos com causa básica definida.	100,00

Atingir o percentual de 85 % de preenchimento do campo ocupação nas notificações de agravos relacionados ao trabalho.	100,00
Manter em zero o número de casos novos de AIDS em menores de 5 anos.	0
Manter em zero o número de óbitos por Arboviroses.	0
Implantar/Implementar 01 Sala Municipal de Situação de Arbovirose.	1
Realizar 90% do número de imóveis visitados nos ciclos de visitas domiciliares para controle da dengue.	4

Demonstrativo da Programação de Despesas com Saúde por Subfunção, Natureza e Fonte										
Subfunções da Saúde	Natureza da Despesa	Recursos ordinários - Fonte Livre (R\$)	Receita de impostos e de transferência de impostos (receita própria - R\$)	Transferências de fundos à Fundo de Recursos do SUS, provenientes do Governo Federal (R\$)	Transferências de fundos ao Fundo de Recursos do SUS, provenientes do Governo Estadual (R\$)	Transferências de convênios destinados à Saúde (R\$)	Operações de Crédito vinculadas à Saúde (R\$)	Royalties do petróleo destinados à Saúde (R\$)	Outros recursos destinados à Saúde (R\$)	Total(R\$)
0 - Informações Complementares	Corrente	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
	Capital	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
122 - Administração Geral	Corrente	N/A	1.734.000,00	635.000,00	536.000,00	N/A	N/A	N/A	N/A	2.905.000,00
	Capital	N/A	50.000,00	N/A	100.000,00	N/A	N/A	N/A	N/A	150.000,00
301 - Atenção Básica	Corrente	N/A	6.437.000,00	3.070.000,00	235.500,00	N/A	N/A	N/A	N/A	9.742.500,00
	Capital	N/A	100.000,00	303.000,00	405.000,00	N/A	N/A	N/A	N/A	808.000,00
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	Corrente	N/A	7.217.000,00	2.774.000,00	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	9.991.000,00
	Capital	N/A	75.000,00	550.000,00	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	625.000,00
303 - Suporte Profilático e Terapêutico	Corrente	N/A	170.000,00	152.000,00	52.500,00	N/A	N/A	N/A	N/A	374.500,00
	Capital	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
304 - Vigilância Sanitária	Corrente	N/A	256.000,00	13.500,00	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	269.500,00
	Capital	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
305 - Vigilância Epidemiológica	Corrente	N/A	518.000,00	171.000,00	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	689.000,00
	Capital	N/A	10.000,00	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	10.000,00
306 - Alimentação e Nutrição	Corrente	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
	Capital	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Fonte: DIGISUS Gestor - Módulo Planejamento (DIGISUSGMP) - Consulta Online
Data da consulta: 31/03/2022.

• Análises e Considerações sobre Programação Anual de Saúde - PAS

Este foi o quarto ano de execução do Plano Municipal de Saúde - PS 2018 a 2021. As ações anualizadas e programadas para o ano de 2021 foram elaboradas a partir das diretrizes, objetivos, indicadores e metas previstas no Plano.

No eixo 1 as ações de atenção básica e vigilância em saúde foram realizadas na sua maioria, sendo necessária a reorganização das atividades considerando o contexto epidemiológico e o que era seguro e prioritárias atender, considerando a pandemia a COVID 19, foi realizado os atendimentos eletivos de forma gradual com as medidas de biossegurança.

Foi necessário ampliar o horário do Centro de Atendimento a COVID-19 até as 23hs, a fim de não tumultuar o Pronto Socorro Municipal, estabelecendo fluxo seguro e com capacidade de atender as síndromes gripais e as urgências. Houve dificuldades na transferência de pacientes para leitos de UTI COVID, muitos aguardando vagas e tendo alto no Pronto Socorro Municipal. Em relação Vacinação da COVID, foi implantado Drive Thru com horário estendido a fim de atender as necessidades da população que trabalha na zona rural, nas granjas avícolas (principal atividade econômica do município) conforme cronograma do Estado e plano municipal, além de outras ações de monitoramento descritas no plano.

À medida que novas normativas eram publicadas e os poucos recursos financeiros repassados através de portarias ministeriais e resoluções, foram necessárias diversas estratégias com as equipes de saúde e de Reuniões com o Comitê Municipal para enfrentamento da pandemia; Orientações de profissionais de saúde da Rede Municipal. Notificação dos casos no Esus VE; Realização de testagem, notificação e monitoramento das SG pela atenção primária em saúde; mantido os leitos clínicos através de saldos de aditivos com o Hospital do Município e outras ações descritas no plano de contingência municipal.

As ações realizadas pelas academias de saúde implantadas no início do ano 2020, tiveram que ser reinventadas por meios digitais de forma a estimular a população na manutenção de hábitos saudáveis de vida e saúde mental.

A APS tem sido a ordenadora do sistema e a secretária vem desempenhando de forma que a EP seja uma potente ferramenta para fortalecimento da atenção básica. Os indicadores de desempenho têm sido monitorados quadrimestralmente apesar de ter sido prejudicado com a pandemia.

A integração da atenção básica e vigilância em saúde avançou a partir do planejamento conjunto e análise dos indicadores a fim de fato instituir o que está definido na PNAB de 2017.

No Eixo 2 destacou se a implantação e implementação do acolhimento com classificação de risco no Pronto Socorro Municipal e a implantação da linha de cuidado atendendo conforme preconizado pela PNH.

Finalizada a obra de reforma/ampliação do Pronto Socorro Municipal com adequações de forma a atender a pandemia. Iniciada a construção da Policlínica, com previsão de término em 2022. Adquirido Equipamentos/Materiais Permanentes com recursos estadual e federal a fim de atender as necessidades dos serviços (Vide apêndices).

Recebido em janeiro de 2022 01 veiculo tipo VAN e 01 Ambulância simples remoção, através de demandas parlamentares (doação) governo estadual.

As propostas federais de incrementos PAB e MAC foram executadas à medida que as ações propostas no planejamento foram executadas.

O atendimento na média e alta complexidade ainda tem muito a superar em seus nós, prejudicada este ano em virtude da pandemia. Ainda assim o município tem articulado para garantir as referências junto aos prestadores de forma regionalizada e participativa.

O município disponibilizou os medicamentos para os programas básicos pactuados na CIB e CIT, bem como os insumos, com aumento neste exercício. Através da Comissão Técnica foi possível realizar atualizar a REMUME municipal, a partir da inserção dos profissionais nos processos de trabalho.

Em relação ao Eixo 3 foram cumpridas as normativas programadas referentes ao planejamento, monitoramento e auditoria. A ouvidoria municipal tem contribuindo junto ao conselho de saúde como mais um canal de escuta dos usuários a fim de melhor responder as demandas dos usuários.

A construção Rede assistencial a saúde na Região de Tupã, RRAS Marília está sendo construída ainda a passos lentos, onde haveria necessidade de maior envolvimento dos gestores e dos entes federativos para sua consolidação, melhor financiamento e na construção de novo modo de fazer saúde, onde considera o usuário como centro do cuidado.

Algumas ações propostas pelo município, somente serão efetivas a partir coordenação do Estado e apoio da União colocando como co responsáveis nas pactuações interfederativas realizadas.

8. Indicadores de Pactuação Interfederativa

N	Indicador	Tipo	Meta ano 2021	Resultado Anual	% alcançada da meta	Unidade de Medida
1	Mortalidade prematura (de 30 a 69 anos) pelo conjunto das 4 principais DCNT (doenças do aparelho circulatório, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas)	U	36	36	100,00	Número
2	Proporção de óbitos de mulheres em idade fértil (10 a 49 anos) investigados.	E	100,00	100,00	100,00	Percentual
3	Proporção de registro de óbitos com causa básica definida	U	95,09	100,00	100,00	Percentual
4	Proporção de vacinas selecionadas do Calendário Nacional de Vacinação para crianças menores de dois anos de idade - Pentavalente 3ª dose, Pneumocócica 10-valente 2ª dose, Poliomielite 3ª dose e Tríplice viral 1ª dose - com cobertura vacinal preconizada	U	100,00	25,00	25,00	Percentual
5	Proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerrados em até 60 dias após notificação.	U	100,00	100,00	100,00	Percentual
6	Proporção de cura dos casos novos de hanseníase diagnosticados nos anos das coortes	U	100,00	0,00	100,00	Percentual
7	Número de Casos Autóctones de Malária	E	-	-	0	Número
8	Número de casos novos de sífilis congênita em menores de um ano de idade	U	1	2	0	Número
9	Número de casos novos de aids em menores de 5 anos.	U	0	0	100,00	Número
10	Proporção de análises realizadas em amostras de água para consumo humano quanto aos parâmetros coliformes totais, cloro residual livre e turbidez	U	70,00	70,00	100,00	Percentual
11	Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos na população residente de determinado local e a população da mesma faixa etária	U	0,70	0,46	66,00	Razão
12	Razão de exames de mamografia de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos na população residente de determinado local e população da mesma faixa etária.	U	0,70	0,48	69,00	Razão
13	Proporção de parto normal no Sistema Único de Saúde e na Saúde Suplementar	U	39,60	35,00	88,00	Percentual
14	Proporção de gravidez na adolescência entre as faixas etárias 10 a 19 anos	U	13,09	15,00	0	Percentual
15	Taxa de mortalidade infantil	U	2	5	0	Número
16	Número de óbitos maternos em determinado período e local de residência	U	0	0	100,00	Número
17	Cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica	U	100,00	100,00	100,00	Percentual
18	Cobertura de acompanhamento das condicionalidades de Saúde do Programa Bolsa Família (PBF)	U	80,89	78,00	96,00	Percentual
19	Cobertura populacional estimada de saúde bucal na atenção básica	U	100,00	100,00	100,00	Percentual
21	Ações de matriciamento sistemático realizadas por CAPS com equipes de Atenção Básica	E	100,00	100,00	100,00	Percentual
22	Número de ciclos que atingiram mínimo de 80% de cobertura de imóveis visitados para controle vetorial da dengue	U	4	4	100,00	Número
23	Proporção de preenchimento do campo ocupação nas notificações de agravos relacionados ao trabalho.	U	100,00	100,00	100,00	Percentual

Fonte: DIGISUS Gestor - Módulo Planejamento (DIGISUSGMP) - Consulta Online

Data da consulta: 31/03/2022.

• Análises e Considerações sobre Indicadores de Pactuação Interfederativa

Os indicadores acima são monitorados quadrimestralmente, com a finalidade de acompanhar as ações programadas e os resultados obtidos, visando reprogramar as ações que ficaram em determinados momentos suspensas em decorrência da pandemia a fim de cumprir as metas pactuadas. No entanto alguns indicadores sofreram impacto e não atingiram as metas propostas como cobertura vacinal em menores de 1 ano, notificação de sífilis congênita, citopatológicos, mamografia, óbitos infantis e acompanhamento condicionalidades do PBF.

No geral o município obteve bons resultados dos indicadores da pactuação interfederativa, onde 08 não atingiram a meta estabelecida no ano, no entanto 2 ficaram próximos. Em relação ao PQAVS apenas 2 não foram atingidos, dentre eles a cobertura vacinal e realização de testes de HIV.

Foi um ano difícil com transição nos indicadores de atenção primária em saúde e ao mesmo tempo enfrentamento de uma pandemia sobrecarregando os serviços há quase 2 anos.

9. Execução Orçamentária e Financeira

9.1. Execução da programação por fonte, subfunção e natureza da despesa

Despesa Total em Saúde por Fonte e Subfunção											
Subfunções	Recursos Ordinários - Fonte Livre	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	Transferências de Convênios destinadas à Saúde	Operações de Crédito vinculadas à Saúde	Transferências da União - inciso I do art. 5º da Lei Complementar 173/2020	Royalties do Petróleo destinados à Saúde	Outros Recursos Destinados à Saúde	TOTAL	
301 - Atenção Básica	Corrente	0,00	7.151.131,15	2.781.999,74	259.570,93	0,00	0,00	0,00	0,00	10.192.701,82	
	Capital	0,00	44.933,70	142.771,09	25.439,60	0,00	0,00	0,00	0,00	213.144,39	
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	Corrente	0,00	8.259.430,60	3.057.286,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.316.716,61	
	Capital	0,00	402.805,61	1.005.188,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.407.994,57	
303 - Suporte Profilático e Terapêutico	Corrente	0,00	288.619,15	126.749,70	49.989,43	0,00	0,00	0,00	0,00	465.358,28	
	Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
304 - Vigilância Sanitária	Corrente	0,00	277.184,43	9.200,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	286.384,86	
	Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
305 - Vigilância Epidemiológica	Corrente	0,00	595.509,60	174.934,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	770.444,12	
	Capital	0,00	17.844,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.844,00	
306 - Alimentação e Nutrição	Corrente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Subfunções	Corrente	45.570,00	1.854.745,36	836.406,68	64.845,36	0,00	0,00	0,00	0,00	2.801.567,40	
	Capital	0,00	14.441,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.441,90	
TOTAL		45.570,00	18.906.645,50	8.134.537,13	399.845,32	0,00	0,00	0,00	0,00	27.486.597,95	

(*) ASPS: Ações e Serviços Públicos em Saúde

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)

Data da consulta: 25/03/2022.

9.2. Indicadores financeiros

Indicadores do Ente Federado		
Indicador		Transmissão
		Única
1.1	Participação da receita de impostos na receita total do Município	7,16 %
1.2	Participação das transferências intergovernamentais na receita total do Município	89,12 %
1.3	Participação % das Transferências para a Saúde (SUS) no total de recursos transferidos para o Município	10,96 %
1.4	Participação % das Transferências da União para a Saúde no total de recursos transferidos para a saúde no Município	91,43 %
1.5	Participação % das Transferências da União para a Saúde (SUS) no total de Transferências da União para o Município	23,87 %
1.6	Participação % da Receita de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais na Receita Total do Município	70,91 %
2.1	Despesa total com Saúde, em R\$/hab, sob a responsabilidade do Município, por habitante	R\$ 1.301,50
2.2	Participação da despesa com pessoal na despesa total com Saúde	53,37 %
2.3	Participação da despesa com medicamentos na despesa total com Saúde	6,84 %
2.4	Participação da desp. com serviços de terceiros - pessoa jurídica na despesa total com Saúde	18,45 %
2.5	Participação da despesa com investimentos na despesa total com Saúde	6,06 %
2.6	Despesas com Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos	2,98 %
3.1	Participação das transferências para a Saúde em relação à despesa total do Município com saúde	33,67 %
3.2	Participação da receita própria aplicada em Saúde conforme a LC141/2012	27,60 %

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)

Data da consulta: 25/03/2022.

9.3. Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO)

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	8.066.300,00	8.066.300,00	6.734.927,96	83,49
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	3.220.000,00	3.220.000,00	2.888.736,20	89,71
IPTU	2.650.000,00	2.650.000,00	2.053.568,98	77,49
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	570.000,00	570.000,00	835.167,22	146,52
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ITBI	1.252.300,00	1.252.300,00	693.238,19	55,36
ITBI	1.250.000,00	1.250.000,00	693.238,19	55,46
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	2.300,00	2.300,00	0,00	0,00
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	2.544.000,00	2.544.000,00	2.230.742,58	87,69
ISS	2.450.000,00	2.450.000,00	2.152.906,37	87,87
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	94.000,00	94.000,00	77.836,21	82,80
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte - IRRF	1.050.000,00	1.050.000,00	922.210,99	87,83
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	57.960.000,00	57.960.000,00	59.939.814,44	103,42
Cota-Parte FPM	21.000.000,00	21.000.000,00	21.346.514,04	101,65
Cota-Parte ITR	50.000,00	50.000,00	58.633,55	117,27
Cota-Parte do IPVA	5.500.000,00	5.500.000,00	4.324.738,90	78,63
Cota-Parte do ICMS	31.200.000,00	31.200.000,00	33.955.821,89	108,83
Cota-Parte do IPI - Exportação	210.000,00	210.000,00	254.106,06	121,00
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00
Desoneração ICMS (LC 87/96)	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	66.026.300,00	66.026.300,00	66.674.742,40	100,98

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) - POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar Não Processados (g)
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	6.537.000,00	7.951.000,00	7.196.064,85	90,51	7.192.878,85	90,47	7.050.355,84	88,67	3.186,00
Despesas Correntes	6.437.000,00	7.901.000,00	7.151.131,15	90,51	7.150.993,15	90,51	7.027.664,14	88,95	138,00
Despesas de Capital	100.000,00	50.000,00	44.933,70	89,87	41.885,70	83,77	22.691,70	45,38	3.048,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	7.292.000,00	9.407.230,46	8.488.661,22	90,24	8.188.249,73	87,04	8.098.437,18	86,09	300.411,49
Despesas Correntes	7.217.000,00	8.938.000,00	8.085.855,61	90,47	7.914.326,89	88,55	7.824.514,34	87,54	171.528,72
Despesas de Capital	75.000,00	469.230,46	402.805,61	85,84	273.922,84	58,38	273.922,84	58,38	128.882,77
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	170.000,00	300.000,00	288.619,15	96,21	288.619,15	96,21	288.619,15	96,21	0,00
Despesas Correntes	170.000,00	300.000,00	288.619,15	96,21	288.619,15	96,21	288.619,15	96,21	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	256.000,00	314.000,00	277.184,43	88,28	277.184,43	88,28	273.458,14	87,09	0,00
Despesas Correntes	256.000,00	314.000,00	277.184,43	88,28	277.184,43	88,28	273.458,14	87,09	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	528.000,00	692.080,00	613.353,60	88,62	606.220,60	87,59	585.148,71	84,55	7.133,00
Despesas Correntes	518.000,00	672.080,00	595.509,60	88,61	591.424,60	88,00	578.188,71	86,03	4.085,00
Despesas de Capital	10.000,00	20.000,00	17.844,00	89,22	14.796,00	73,98	6.960,00	34,80	3.048,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	1.724.000,00	2.186.204,22	1.869.187,26	85,50	1.851.199,46	84,68	1.796.382,22	82,17	17.987,80
Despesas Correntes	1.674.000,00	2.153.434,68	1.854.745,36	86,13	1.836.757,56	85,29	1.781.940,32	82,75	17.987,80
Despesas de Capital	50.000,00	32.769,54	14.441,90	44,07	14.441,90	44,07	14.441,90	44,07	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	16.507.000,00	20.850.514,68	18.733.070,51	89,84	18.404.352,22	88,27	18.092.401,24	86,77	328.718,29

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	18.733.070,51	18.404.352,22	18.092.401,24
(-) Restos a Pagar Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	328.718,29	N/A	N/A
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	18.404.352,22	18.404.352,22	18.092.401,24
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)			10.001.211,36
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)			N/A
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)	8.403.140,86	8.403.140,86	8.091.189,88
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)	0,00	0,00	0,00
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC nº 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	27,60	27,60	27,13

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	Saldo Inicial (no exercício atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado) (l) = (h - (i ou j))
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido em 2020	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2019	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2018	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

EXERCÍCIO DO EMPENHO ²	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira q = (XIII d)	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)) se	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados (v) = ((o + q) - u)
Empenhos de 2021	10.001.211,36	18.404.352,22	8.403.140,86	640.669,27	328.718,29	0,00	0,00	640.669,27	0,00	8.731.859,15
Empenhos de 2020	7.928.651,02	15.310.264,89	7.381.613,87	794.492,69	505.887,33	0,00	681.308,63	106.373,30	6.810,76	7.880.690,44
Empenhos de 2019	8.075.955,05	14.065.560,22	5.989.605,17	257.716,80	0,00	0,00	257.716,80	0,00	0,00	5.989.605,17
Empenhos de 2018	7.166.350,51	10.619.524,80	3.453.174,29	129.444,99	0,00	0,00	128.037,99	0,00	1.407,00	3.451.767,29
Empenhos de 2017	5.186.160,18	9.992.043,40	4.805.883,22	152.539,85	0,00	0,00	152.476,70	0,00	63,15	4.805.820,07
Empenhos de 2016	5.100.085,93	9.519.770,26	4.419.684,33	1.790,95	0,00	0,00	1.790,95	0,00	0,00	4.419.684,33
Empenhos de 2015	5.750.418,90	9.054.024,73	3.303.605,83	7.475,10	20.593,35	0,00	7.475,10	0,00	0,00	3.324.199,18
Empenhos de 2014	5.310.108,04	8.870.966,25	3.560.858,21	55.102,54	55.102,54	0,00	55.102,54	0,00	0,00	3.615.960,75
Empenhos de 2013	4.967.059,61	8.544.215,27	3.577.155,66	101.860,50	101.860,50	0,00	0,00	101.860,50	0,00	3.679.016,16

TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI) (soma dos saldos negativos da coluna "r")	0,00
---	------

TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII) (valor informado no demonstrativo do exercício anterior)	0,00
--	------

TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XVII) (Artigo 24 § 1º e 2º da LC 141/2012) **0,00**

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24§ 1º e 2º DA LC 141/2012	Saldo Inicial (w)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado) ¹ (aa) = (w - (x ou y))
		Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2021 a ser compensados (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2020 a ser compensados (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2020 a ser compensados (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2019 a ser compensados (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2019 a ser compensados (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXIX)	8.956.000,00	8.956.000,00	9.181.392,00	102,52
Provenientes da União	7.638.000,00	7.638.000,00	8.394.354,74	109,90
Provenientes dos Estados	1.318.000,00	1.318.000,00	787.037,26	59,71
Provenientes de Outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXII) = (XXIX + XXX + XXXI)	8.956.000,00	8.956.000,00	9.181.392,00	102,52

DESPESAS COM SAÚDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (XXXIII)	4.013.500,00	4.601.840,46	3.209.781,36	69,75	3.191.256,36	69,35	3.167.832,79	68,84	18.525,00
Despesas Correntes	3.305.500,00	3.951.300,46	3.041.570,67	76,98	3.037.700,67	76,88	3.034.791,10	76,80	3.870,00
Despesas de Capital	708.000,00	650.540,00	168.210,69	25,86	153.555,69	23,60	133.041,69	20,45	14.655,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIV)	3.324.000,00	5.013.000,00	4.019.706,70	80,19	3.208.840,68	64,01	3.138.586,15	62,61	810.866,02
Despesas Correntes	2.774.000,00	3.648.000,00	3.014.517,74	82,63	2.914.851,72	79,90	2.844.597,19	77,98	99.666,02
Despesas de Capital	550.000,00	1.365.000,00	1.005.188,96	73,64	293.988,96	21,54	293.988,96	21,54	711.200,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXV)	204.500,00	204.500,00	176.739,13	86,43	176.739,13	86,43	176.739,13	86,43	0,00
Despesas Correntes	204.500,00	204.500,00	176.739,13	86,43	176.739,13	86,43	176.739,13	86,43	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXVI)	13.500,00	13.500,00	9.200,43	68,15	9.200,43	68,15	9.200,43	68,15	0,00
Despesas Correntes	13.500,00	13.500,00	9.200,43	68,15	9.200,43	68,15	9.200,43	68,15	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVII)	171.000,00	209.000,00	174.934,52	83,70	174.934,52	83,70	174.934,52	83,70	0,00
Despesas Correntes	171.000,00	209.000,00	174.934,52	83,70	174.934,52	83,70	174.934,52	83,70	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXIX)	1.331.000,00	1.156.570,00	946.822,04	81,86	946.822,04	81,86	927.460,63	80,19	0,00
Despesas Correntes	1.231.000,00	1.146.570,00	946.822,04	82,58	946.822,04	82,58	927.460,63	80,89	0,00
Despesas de Capital	100.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XL) = (XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII+ XXXIX)	9.057.500,00	11.198.410,46	8.537.184,18	76,24	7.707.793,16	68,83	7.594.753,65	67,82	829.391,02
DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA(XLI) = (IV + XXXIII)	10.550.500,00	12.552.840,46	10.405.846,21	82,90	10.384.135,21	82,72	10.218.188,63	81,40	21.711,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLII) = (V + XXXIV)	10.616.000,00	14.420.230,46	12.508.367,92	86,74	11.397.090,41	79,04	11.237.023,33	77,93	1.111.277,51
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLIII) = (VI + XXXV)	374.500,00	504.500,00	465.358,28	92,24	465.358,28	92,24	465.358,28	92,24	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIV) = (VII + XXXVI)	269.500,00	327.500,00	286.384,86	87,45	286.384,86	87,45	282.658,57	86,31	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLV) = (VIII + XXXVII)	699.000,00	901.080,00	788.288,12	87,48	781.155,12	86,69	760.083,23	84,35	7.133,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLVI) = (IX + XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVII) = (X + XXXIX)	3.055.000,00	3.342.774,22	2.816.009,30	84,24	2.798.021,50	83,70	2.723.842,85	81,48	17.987,80
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVIII) = (XI + XL)	25.564.500,00	32.048.925,14	27.270.254,69	85,09	26.112.145,38	81,48	25.687.154,89	80,15	1.158.109,31
(-) Despesas da Fonte: Transferências da União - inciso I do art. 5º da Lei Complementar 173/2020	8.997.500,00	11.152.840,46	8.491.614,18	76,14	7.662.223,16	68,70	7.549.183,65	67,69	829.391,02
TOTAL DAS DESPESAS EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS (XLIX)	16.567.000,00	20.896.084,68	18.778.640,51	89,87	18.449.922,22	88,29	18.137.971,24	86,80	328.718,29

FONTE: SIOPS, São Paulo02/03/22 12:16:34

1 - Nos cinco primeiros bimestres do exercício, o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

2 - Até o exercício de 2018, o controle da execução dos restos a pagar considerava apenas os valores dos restos a pagar não processados (regra antiga). A partir do exercício de 2019, o controle da execução dos restos a pagar considera os restos a pagar processados e não processados (regra nova).

3 - Essas despesas são consideradas executadas pelo ente transferidor.

9.4. Execução orçamentária e financeira de recursos federais transferidos fundo a fundo, segundo bloco de financiamento e programa de trabalho

Bloco de Financiamento	Programas de Trabalho	Valor Transferido em 2021 (Fonte: FNS)	Valor Executado
Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde (CUSTEIO)	10122501821CO - ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE - NACIONAL (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO)	R\$ 60.000,00	60000,00
	103015019219A - PISO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE	R\$ 3.382.501,27	2635710,67
	10301501921CE - IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE ATENÇÃO À SAÚDE	R\$ 4.297,96	4297,96
	1030150192E89 - INCREMENTO TEMPORÁRIO AO CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE PARA CUMPRIMENTO DAS METAS - NACIONAL	R\$ 550.000,00	83358,24
	1030250182E90 - INCREMENTO TEMPORÁRIO AO CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL PARA CUMPRIMENTO DAS METAS - NACIONAL	R\$ 931.521,00	557692,76
	1030250188585 - ATENÇÃO À SAÚDE DA POPULAÇÃO PARA PROCEDIMENTOS NO MAC	R\$ 2.343.635,88	2219146,52
	1030250188585 - ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE - NACIONAL (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO)	R\$ 174.000,00	174000,00
	10303501720AE - PROMOÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E INSUMOS ESTRATÉGICOS NA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE	R\$ 125.266,68	125266,68
	10303501720AH - ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA NO SUS	R\$ 12.000,00	6000,00
	10304502320AB - INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS PARA EXECUÇÃO DE AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	R\$ 12.643,80	12643,80
	10305502320AL - INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS PARA A VIGILÂNCIA EM SAÚDE	R\$ 181.940,15	163527,19
10306503320QH - IMPLEMENTAÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NA SAÚDE	R\$ 40.628,00	0,00	

Fonte: Fundo Nacional de Saúde (FNS)

1 - Os valores pagos em outro exercício fiscal mesmo tendo sua memória de cálculo e ano anterior, não estarão sendo computados para aquela prestação de contas.

2 - Para efeitos de despesa executada deve ser considerada a despesa empenhada ou paga no exercício fiscal.

9.5. Covid-19 Repasse União

Quadro demonstrativo da transferência de recursos advindos da união para a aplicação no enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de importância nacional - Coronavírus (COVID-19)			
Descrição do recurso	SALDO DO RECURSO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (31/12/2020)	RECURSOS DIRECIONADOS NO EXERCÍCIO ATUAL ATÉ O BIMESTRE	SALDO TOTAL
Recursos advindos da transferência da União repassados pelo FNS conf. Portarias específicas nos blocos de manutenção e estruturação para a aplicação no enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de importância nacional - Coronavírus (COVID-19)	4.518.774,01	60.000,00	4.578.774,01
Recursos advindos da transferência da União repassados pelo FNS nos blocos de manutenção e estruturação não específicas para a aplicação no enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de importância nacional - Coronavírus (COVID-19)	0,00	727.843,00	727.843,00
Recursos advindos de transposição de saldos financeiros de exercícios anteriores provenientes de repasses federais do FNS aos fundos de saúde dos estados, DF e municípios conf. LC 172/2020.	0,00	0,00	0,00
Recursos advindos da União, na forma de auxílio financeiro, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no exercício de 2020, e em ações de enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19). Conforme LC 173/2020	0,00	0,00	0,00
Recursos advindos da União, na forma de prestação de apoio financeiro pela União aos entes federativos que recebem recursos do Fundo de Participação dos Estados - FPE e do Fundo de Participação dos Municípios - FPM, com o objetivo de mitigar as dificuldades financeiras decorrentes do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19). MP 938/2020	0,00	0,00	0,00
Outros recursos advindos de transferências da União	0,00	0,00	0,00
Total de recursos advindos de transferência da união para enfrentamento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional - CORONAVIRUS (COVID-19)	4.518.774,01	787.843,00	5.306.617,01

Despesas decorrentes do enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de importância nacional Coronavírus (COVID-19)			
Descrição das Subfunções/Despesas	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas
Administração Geral	836.406,68	836.406,68	817.045,27
Atenção Básica	69.259,28	69.259,28	64.945,28
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	174.000,00	174.000,00	174.000,00
Suporte profilático e terapêutico	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária	0,00	0,00	0,00
Vigilância Epidemiológica	0,00	0,00	0,00
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00
Informações Complementares	0,00	0,00	0,00
Total	1.079.665,96	1.079.665,96	1.055.990,55

CONTROLE DA EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR COVID-19														
Descrição das Subfunções/Despesas	Inscrição em 2021 - Restos a pagar processados (a)	Inscrição em 2021 - Restos a pagar não processados (b)	Inscrição em 2021 - Saldo total (c) = a+b	Inscrição em 2020 - RPs processados (a)	Inscrição em 2020 - RPs não processados (b)	Inscrição em 2020 - Saldo total (c) = a+b	Execução de RPs inscritos em 2020 - RPs processados Pago (d)	Execução de RPs inscritos em 2020 - RPs processados Cancelado (e)	Execução de RPs inscritos em 2020 - RPs não processados - Liquidado* (f)	Execução de RPs inscritos em 2020 - RPs não processados - Pago (g)	Execução de RPs inscritos em 2020 - RPs não processados - Cancelado (h)	Saldo até o bimestre - RPs processados i= (a - d - e)	Saldo até o bimestre - RPs não processados j= (b - f - g - h)	Saldo até o bimestre - Saldo Total k= (i + j)
Administração Geral	19.361,41	0,00	19.361,41	2.294,40	0,00	2.294,40	2.294,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Atenção Básica	4.314,00	0,00	4.314,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Suporte profilático e terapêutico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Epidemiológica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Informações Complementares	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	23.675,41	0,00	23.675,41	2.294,40	0,00	2.294,40	2.294,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Gerado em 25/03/2022 14:07:06

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)

9.6. Covid-19 Recursos Próprios

Quadro demonstrativo da aplicação de recursos próprios no enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de importância nacional - Coronavírus (COVID-19)			
Descrição do recurso	SALDO DO RECURSO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (31/12/2020)	RECURSOS DIRECIONADOS NO EXERCÍCIO ATUAL ATÉ O BIMESTRE	SALDO TOTAL
Recursos próprios a serem aplicados no enfrentamento da emergência de saúde - nacional - Coronavírus (COVID-19)	186.260,00	0,00	186.260,00
Total	186.260,00	0,00	186.260,00

Despesas decorrentes do enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de importância nacional Coronavírus (COVID-19)			
Descrição das Subfunções/Despesas	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas
Administração Geral	123,00	123,00	123,00
Atenção Básica	0,00	0,00	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00	0,00	0,00
Suporte profilático e terapêutico	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária	0,00	0,00	0,00
Vigilância Epidemiológica	0,00	0,00	0,00
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00
Informações Complementares	0,00	0,00	0,00
Total	123,00	123,00	123,00

CONTROLE DA EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR COVID-19														
Descrição das Subfunções/Despesas	Inscrição em 2021 - Restos a pagar processados (a)	Inscrição em 2021 - Restos a pagar não processados (b)	Inscrição em 2021 - Saldo total (c) = a+b	Inscrição em 2020 - RPs processados (a)	Inscrição em 2020 - RPs não processados (b)	Inscrição em 2020 - Saldo total (c) = a+b	Execução de RPs inscritos em 2020 - RPs processados Pago (d)	Execução de RPs inscritos em 2020 - RPs processados Cancelado (e)	Execução de RPs inscritos em 2020 - RPs não processados - Liquidado* (f)	Execução de RPs inscritos em 2020 - RPs não processados - Pago (g)	Execução de RPs inscritos em 2020 - RPs não processados - Cancelado (h)	Saldo até o bimestre - RPs processados i= (a - d - e)	Saldo até o bimestre - RPs não processados j= (b - f - g - h)	Saldo até o bimestre - Saldo Total k= (i + j)
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	1.400,00	1.400,00	0,00	0,00	0,00	1.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Atenção Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Suporte profilático e terapêutico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Epidemiológica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Informações Complementares	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	1.400,00	1.400,00	0,00	0,00	0,00	1.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Gerado em 25/03/2022 14:07:05

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)

9.7. Covid-19 Repasse Estadual

Quadro demonstrativo da transferência de recursos advindos do estado para a aplicação no enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de importância nacional - Coronavírus (COVID-19)			
Descrição do recurso	SALDO DO RECURSO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (31/12/2020)	RECURSOS DIRECIONADOS NO EXERCÍCIO ATUAL ATÉ O BIMESTRE	SALDO TOTAL
Recursos de transferências do estado para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de importância nacional - Coronavírus (COVID-19)	533.816,00	25.456,78	559.272,78

Total				533.816,00	25.456,78	559.272,78
Despesas decorrentes do enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de importância nacional Coronavírus (COVID-19)						
Descrição das Subfunções/Despesas	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		Despesas Pagas	
Administração Geral	64.845,36		64.845,36		64.845,36	
Atenção Básica	0,00		0,00		0,00	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00		0,00		0,00	
Suporte profilático e terapêutico	0,00		0,00		0,00	
Vigilância Sanitária	0,00		0,00		0,00	
Vigilância Epidemiológica	0,00		0,00		0,00	
Alimentação e Nutrição	0,00		0,00		0,00	
Informações Complementares	0,00		0,00		0,00	
Total	64.845,36		64.845,36		64.845,36	

CONTROLE DA EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR COVID-19

Descrição das Subfunções/Despesas	Inscrição em 2021 - Restos a pagar processados (a)	Inscrição em 2021 - Restos a pagar não processados (b)	Inscrição em 2021 - Saldo total (c) = a+b	Inscrição em 2020 - RPs processados (a)	Inscrição em 2020 - RPs não processados (b)	Inscrição em 2020 - Saldo total (c) = a+b	Execução de RPs inscritos em 2020 - RPs processados Pago (d)	Execução de RPs inscritos em 2020 - RPs processados Cancelado (e)	Execução de RPs inscritos em 2020 - RPs não processados - Liquidado* (f)	Execução de RPs inscritos em 2020 - RPs não processados - Pago (g)	Execução de RPs inscritos em 2020 - RPs não processados - Cancelado (h)	Saldo até o bimestre - RPs processados i= (a - d - e)	Saldo até o bimestre - RPs não processados j= (b - f - g - h)	Saldo até o bimestre - Saldo Total k= (i + j)
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	7.774,25	7.774,25	0,00	0,00	0,00	2.120,00	0,00	0,00	5.654,25	5.654,25
Atenção Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	5.654,25	5.654,25	0,00	0,00	0,00	5.654,25	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Suporte profilático e terapêutico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Epidemiológica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Informações Complementares	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	13.428,50	13.428,50	0,00	0,00	0,00	7.774,25	0,00	0,00	5.654,25	5.654,25

Gerado em 25/03/2022 14:07:07

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)

• **Análises e Considerações sobre Execução Orçamentária e Financeira**

9.1. A execução das despesas por fonte e sub função conforme apresentado no quadro acima demonstram o ente municipal como maior financiador das ações e serviços de saúde em todas as sub funções, particularmente este ano maior quando comparado ao ano anterior (56%), em virtude da pandemia e maior número de atendimentos terem sido realizados no ano de 2021. A execução da programação por fonte, correspondeu do total do exercício (69%) das receitas oriundas do governo municipal, seguido do governo federal (29,6%) e governo estadual (1,4%). As subfunções com maiores investimentos foram de assistência ambulatorial e hospitalar e da atenção básica, esta primeira tem aumentado significativamente nos últimos anos com a implantação dos equipamentos de saúde mental e urgência emergência durante a pandemia. Outra que se destacou em 2020 e 2021 foi às outras subfunções provenientes de recursos extraordinários para enfrentamento da COVID 19. Em relação à natureza, 94% foram despesas correntes para manutenção das ações e serviços de saúde e apenas 6% das despesas executadas foram de capital, e na sua grande maioria são provenientes das emendas parlamentares federais e emendas estaduais impositivas, a fim de garantir melhor estruturação dos serviços de saúde, considerando o custo elevado para manutenção e custeio dos serviços de saúde (ver Apêndices).

Apesar da Portaria Ministerial Nº 3992/17 ter possibilitado a utilização dos recursos entre as subfunções, no entanto ao final do exercício precisa haver comprovação de execução dos recursos por subfunção, e não conforme sua programação anual de saúde, limitando a autonomia do gestor na utilização dos recursos entre as mesmas, pois as ações estão acontecendo simultaneamente no cotidiano da gestão.

A Lei Complementar Nº 172/2020 e a LC Nº 181/2021 permitindo aos Estados, e Municípios realizarem a transposição e a transferência dos saldos financeiros remanescentes de exercícios anteriores, constantes nos Fundos Municipais de Saúde, provenientes de repasses do Ministério da Saúde visando à utilização destes valores em outras ações da saúde do Município em decorrência da pandemia. Desta forma a secretaria municipal de saúde fez a reprogramação dos saldos conforme a necessidade dos serviços.

Faz necessário definir critérios para recebimento destas emendas considerando o quantitativo de equipamentos de saúde existentes, sua produção e cobertura populacional, a fim de garantir o acesso à população do SUS de forma equitativa.

9.2. O financiamento do Sistema Único de Saúde (SUS) constitui-se num dos grandes desafios enfrentados pelos poderes públicos; pois no setor saúde as despesas crescem num ritmo superior ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), sendo objeto de estudo de vários pesquisadores da disciplina da Economia da Saúde no Brasil e de outros países, buscando explicar a crescente demanda por serviços de saúde e o crescimento dos gastos com o setor. O município de pequeno porte é dependente de transferências intergovernamentais (89,12%).

A despesa por habitante vem aumentando nos últimos anos, em 2017 a despesa total com Saúde, em R\$/hab, sob a responsabilidade do Município foi de R\$ 727,09, em 2018 R\$ 885,04, em 2019 R\$1.054,20, em 2020 R\$ 1.352,15 e R\$ 1.301,50 em 2021.

A participação de despesa com pessoal representou 53,37 % do total das despesas com saúde, justificada pela cobertura de 100% da atenção básica e saúde bucal, NASF, CEO, CAPS e Residência Terapêutica, Pronto Socorro Municipal e Centro de Atendimento COVID, além da estrutura administrativa e de apoio da secretaria de saúde.

Resalte-se que a Lei Complementar Nº 141 de 13/01/12, regulamenta o parágrafo 3º da Constituição Federal que trata dos valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União,

estados e municípios, no qual o município vem cumprindo com o % aplicado das receitas próprias em saúde, Bastos vem aplicando muito além do definido na LC 141/12, ficando com o percentual de 26,12% em 2019, 28,96% em 2020 e 27,60% em 2021.

9.3. A previsão de receitas resultantes de impostos e transferências legais apresentaram diferenças em relação às receitas realizadas, obtendo uma diferença da previsão total de 16,51 % menor do que a realizada, consequentemente reduzindo a receita para apuração para aplicação em saúde no exercício de 2021.

As despesas empenhadas, liquidadas e pagas não houve diferenças significativas, ficando a liquidar apenas as despesas continuadas.

As transferências do SUS da União e Estado foram na sua maioria destinadas as correntes, portanto em virtude das necessidades, as despesas de investimento foram apenas as destinadas as obras ou equipamentos/Propostas oriundas de emendas parlamentares.

9.4. O município executou os recursos federais, quase na sua totalidade (77%), demonstrando a importância dos repasses da União para manutenção das ações dos serviços de saúde, considerando o mercado em saúde que é crescente e os repasses não acompanham este crescimento. A maior parte dos saldos em contas, foram devidas as dificuldades orçamentárias para sua execução ao final do ano, com alguns sendo realizados inclusive no dia 31/12/2021.

9.5. 9.6 9.7. O município recebeu da esfera federal para enfrentamento da pandemia o valor de R\$ 787.843,00, tendo executado R\$ 641.064,83 (81%) em despesas de custeio de manutenção do Centro de atendimento COVID (recursos humanos, plantões médicos, EPIs, material médico hospitalar, serviços terceiros)

Realizada execução da Portaria MS/GM 3389/2020, incentivo financeiro de capital para estruturação e adequação dos ambientes de assistência odontológica na Atenção Primária à Saúde e no CEO.

No quadro relativo a recursos próprios o montante de recursos foi uma doação do Fórum de Bastos no valor de R\$ 186.260,00, executado R\$ 184.552,22 (99%) em despesas de investimentos em 2020: 01 gerador de energia elétrica, aparelhos de comunicação, medico-odontológico, proteção, processamento de dados e mobiliários para atendimento a COVID-19, utilizando o saldo em 2021 e rendimentos, ficando ainda saldo de R\$ 184,78.

Da esfera estadual o repasse em 2021 foi de R\$ 25.453,00 tendo executado 100% em despesas de custeio, além do saldo de 2020. Despesas COVID, disponível no site: <https://www.bastos.sp.gov.br/transparencia/>.

A execução do recurso de custeio e de investimento depende ainda dos processos normativas inerentes à administração pública, cotação, licitação e entrega solicitação de prorrogação de prazo para entrega, cancelamentos entre outras, tendo aumento de valores de vários itens da saúde em virtude do mercado escasso durante a pandemia.

A judicialização da saúde é outro ponto importante a ser considerada e discutida nas três esferas, pois devido ao aumento de ações judiciais que o município vem sofrendo, têm descaracterizando o SUS. No segundo semestre de 2017 foi criada uma comissão técnica para avaliação dos processos e reorganização das demandas para fazer melhor gestão do cuidado e minimizar as consequências geradas com a judicialização em saúde, aonde a cada ano vem aprimorando o trabalho em relação à escuta e acolhimento das demandas. Perceptível pequeno aumento destas demandas no segundo quadrimestre de 2021, coincidentemente aumento de itens de medicamentos em atraso por tempo prolongado de medicamentos do CEAF/processos judiciais pelo estado ou compartilhado e ou processo administrativo da SES/SP.

A secretaria municipal de Saúde, divisão de contabilidade e financeiro da prefeitura vem discutindo e ajustando as formas possíveis de planejamento e estratégias para melhor operacionalização dos recursos a cada ano.

10. Auditorias

Não há informações cadastradas para o período das Auditorias.

Fonte: Sistema Nacional de Auditoria do SUS (SISAUD-SUS)

Data da consulta: 31/03/2022.

Outras Auditorias

Nº do Processo	Demandante	Órgão Responsável pela Auditoria	Unidade Auditada	Finalidade	Status
03/2021	Ouvidoria Municipal	Departamento Municipal Auditoria	Associação Beneficente de Bastos	. Manifestação Ouvidoria Nº 038/2021	Concluí do
Recomendações	Adequar a agenda de cirurgia. Realizar todas as informações imediatas ao paciente quando houver necessidade de reagendamento.				
Encaminhamentos	Cirurgia de laqueadura reagendada e realizada com sucesso.A presente auditoria objetivou se analisar a demanda de ouvidoria a fim de constatar o ocorrido em relação a manifestação, onde foi possível realizar recomendações importantes a fim de qualificar o atendimento ao usuário do SUS.				
Nº do Processo	Demandante	Órgão Responsável pela Auditoria	Unidade Auditada	Finalidade	Status
02/2021	Comissão de Monitoramento e Avaliação 3º Setor.	Departamento Municipal Auditoria	Associação Beneficente de Bastos	Internações COVID	Concluí do
Recomendações	Qualificar as anotações médicas e de enfermagem no prontuário, anexar exames de COVID e outros realizados no prontuário.				
Encaminhamentos	Informar diretor clínico e responsável técnico de enfermagem quanto as anotações auditadas e a administração, estudar a viabilidade de implantar prontuário eletrônico.				
Nº do Processo	Demandante	Órgão Responsável pela Auditoria	Unidade Auditada	Finalidade	Status
01/2021	Comissão de Monitoramento e Avaliação 3º Setor.	Departamento Municipal Auditoria	Associação Beneficente de Bastos	Revisão de Óbitos COVID	Concluí do
Recomendações	Analisar número de casos confirmados, de internados, de internações encaminhadas (CROSS) e número de óbitos.				
Encaminhamentos	A presente auditoria objetivou se analisar os óbitos por COVID com vista a qualificar as informações dos óbitos ocorridos objetivando estabelecer políticas públicas voltadas para as causas que culminaram em óbitos.				

Fonte: DIGISUS Gestor - Módulo Planejamento (DIGISUSGMP) - Consulta Online

Data da consulta: 31/03/2022.

- Análises e Considerações sobre Auditorias

As auditorias realizadas tiveram como principal objetivo qualificar as ações e serviços de saúde de forma a aprimorar o atendimento ao usuário do SUS e otimização dos recursos públicos a partir das recomendações e encaminhamentos.

11. Análises e Considerações Gerais

A equipe gestora da saúde trabalhou intensamente no sentido de organizar o sistema de saúde no município, buscando dar continuidade as ações iniciadas e ao mesmo tempo ampliar o acesso à população aos serviços existentes na implementação e fortalecimento da rede de saúde municipal no enfrentamento a pandemia da COVID-19, qualificando as equipes existentes para construção de uma rede básica capaz de atuar em Defesa da Vida.

A pandemia embora decretada emergência de saúde pública em 2020, o maior número de contaminados, hospitalizados moderados e graves, e infelizmente de óbitos foi em 2021, reduzindo no 3º quadrimestre em decorrência do avanço da vacinação contra a COVID 19. Trabalhadores de saúde trabalharam arduamente, em consequência dos afastamentos de alguns trabalhadores, concursos suspensos dificultado a substituição dos profissionais, perda de alguns direitos dos servidores LC 173/2020 e mesmo realizando processos simplificados emergenciais, algumas vagas não foram preenchidas.

Em relação ao acesso do usuário a Rede de serviços do SUS tem sido pauta constante das reuniões da CIR, a fim de atender as necessidades de saúde da população do território. Buscando garantir o plano regional de enfrentamento a pandemia e ao mesmo tempo as demais necessidades.

As ações de Vigilância em Saúde em decorrência da pandemia foram realizadas com melhor integração da atenção básica e demais pontos de saúde, tendo como principal dificuldade a resistência da população como corresponsável nas ações de Vigilância.

Foi um ano muito difícil para os municípios, com a pandemia atravessando todo e qualquer planejamento de ações, com recursos extraordinários insuficientes à necessidade de organização da rede assistencial de saúde para enfrentamento da pandemia, além recursos humanos escassos, preços de mercado elevados de diversos insumos. Um dos maiores apoios aos municípios foi o COSEMS/SP que elaborou Lives, notas técnicas com orientações fundamentais e em tempo oportuno aos municípios, além de deliberações CIBs junto a SES/SP.

12. Recomendações para o Próximo Exercício

- Análises e Considerações sobre Recomendações para o Próximo Exercício

A pandemia não se encerrou em 2021, com notícias em vários países de ameaças de novas variantes, desigualdades de coberturas vacinais ainda é preciso maiores aportes de recursos para o SUS municipal, onde são executadas as ações e enfrentadas as pandemias. Investir na vacinação contra a COVID 19 a toda a população, melhor condução nacional e estadual de estratégias para o enfrentamento a pandemia.

Fortalecer a Atenção Básica de forma a ampliar o acesso ao usuário não somente a pandemia, mas as condições agudas e crônicas pós Covid. Ampliar a rede para as demandas represadas de diagnóstico, cirurgias eletivas e oncologia que ficaram represadas desde 2020 em virtude da pandemia. Estabelecer uma Política Hospitalar de forma a garantir a assistência aos hospitais de pequeno e médio porte aos usuários que deles necessitam.

O Plano Municipal de Saúde 2022/2025 cumpriu a maior parte das suas metas, sofrendo impacto nos últimos anos em virtude da pandemia.

Essencial à continuidade das ações propostas no Plano e a implementação de novas ações a partir da análise e reflexão das equipes para este "novo normal", inserindo o usuário neste processo de modo a pensar a gestão do cuidado em rede e elaboração de projetos terapêuticos singulares individual/familiar/território, fortalecer a comunicação com a comunidade de forma que defendam o SUS direito garantido ao cidadão brasileiro.

MARIA ISABEL ALEGRE VIANA DA SILVA
Secretário(a) de Saúde
BASTOS/SP, 2021

Parecer do Conselho de Saúde

Identificação

- Considerações:

Importante este relatório para o acompanhamento dos serviços de saúde.

Introdução

- Considerações:

Relatório referente ao ano de 2021.

Dados Demográficos e de Morbimortalidade

- Considerações:

Este ano chamou atenção o número de internações e óbitos por COVID. Também as causas por neoplasias superaram as circulatórias, nos levando a reflexão, se seria em virtude de demandas represadas de diagnósticos em virtude da pandemia.

Dados da Produção de Serviços no SUS

- Considerações:

Município apresentou produção em todos os serviços, embora a pandemia em determinados momentos suspendeu ou diminuiu, os atendimentos em virtude do momento e da necessidade, ainda foram maiores quando comparados ao ano anterior.

Rede Física Prestadora de Serviços ao SUS

- Considerações:

De acordo.

Profissionais de Saúde Trabalhando no SUS

- Considerações:

Importância de reposição dos profissionais de saúde a medida que identifique necessidade. Gratidão a todos os profissionais do SUS, que lutaram bravamente em defesa da vida, durante a pandemia.

Programação Anual de Saúde - PAS

- Considerações:

Percebeu se que a maioria das metas e ações foram realizadas, no entanto sabemos que em virtude da Covid, algumas importantes foram prejudicadas, devendo ser retomadas na medida que as condições sanitárias permitirem.

Indicadores de Pactuação Interfederativa

- Considerações:

Importante sistema de pactuação de indicadores como parâmetro e pactuado em nível nacional, estadual e municipal. Conselho solicita esforços para ações de redução de mortalidade infantil e de sífilis congênita. Aumento de cobertura vacinal em menores de 01 ano.

Execução Orçamentária e Financeira

- Considerações:

Fica explícito a necessidade de maior aporte de recursos pelo governo federal e estadual não apenas para enfrentar a pandemia, mas para investir em ações de promoção e prevenção, além de diagnósticos e as intervenções necessárias. O SUS precisa ser fortalecido com maiores investimentos de recursos.

Auditorias

- Considerações:

Essencial a manutenção das auditorias a serem realizadas nos serviços de saúde a fim de aperfeiçoar os atendimentos do município.

Análises e Considerações Gerais

- Parecer do Conselho de Saúde:

Apesar da pandemia que assolou o mundo, o município de Bastos atendeu as necessidades de saúde, cumprindo com as diretrizes do SUS. O Conselho de saúde permaneceu atuante acompanhando as ações e a execução dos recursos programados no Plano de Saúde 2018/2021 e suas respectivas programações anuais de saúde.

Também foi realizada Conferência de Saúde em 2021, com objetivo de construir as diretrizes de saúde para o Plano Quadrienal de Saúde 2022/2025.

Recomendações para o Próximo Exercício

- Considerações:

O Conselho de Saúde recomenda para próximo ano a execução das propostas definidas na 8ª Conferência de Saúde, com aprimoramento do acesso aos usuários da atenção básica, ações de promoção e prevenção de arboviroses, doenças crônicas, saúde da mulher e da criança, revogação da EC 95 e Construção de PCCS para saúde.

Status do Parecer: Aprovado

BASTOS/SP, 31 de Março de 2022

Conselho Municipal de Saúde de Bastos